

Especial/P.T.
As conquistas da
legalização, estado por estado
Págs. 3 e 4

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Nº 127 • ANO IV • 30/4 a 15 de maio de 1981 • Cr\$ 40,00

1º



DE MAIO

VITÓRIA NA VOLKS

Págs. 10 e 11

Escândalo
Aparelho repressivo gaúcho
continua impune

Pág. 20

Antonio Gramsci
Homem perseguido, as
idéias deturpadas.

pág. 14

Capitalismo
Crise da Economia
mundial

Págs. 16 e 17

Poupança exemplar

Neste ano, o governo está gastando milhões e milhões em uma campanha publicitária para convencer o povo a poupar mais e consumir menos. Pois bem: a presidência da República registrou um aumento de 333% em seus gastos em relação a 1979, o maior acréscimo de todos as despesas do poder executivo registrados em 1980. Neste ano, 14 bilhões e 758 milhões foram gastos somente pelo pessoal ligado diretamente a Figueiredo!

Gasolina: não xingue os árabes!

No dia 17 de abril passado, o governo reajustou os preços da gasolina e demais derivados do petróleo, confirmando o segundo aumento para consumo interno este ano sem que os preços internacionais destes produtos tenham sido alterados. Considerando os preços de um barril de 159 litros, teríamos hoje o seguinte quadro comparativo entre os preços internacionais e internos (em dólares):

Produtos	Exterior	Brasil
Gasolina	38	135
Óleo diesel	38	66
Óleo combustível	33	37

Isto é, o governo elevando artificialmente os preços da gasolina, do óleo diesel (usado em transportes coletivos e para cargas), do óleo combustível está cobrando um verdadeiro imposto que se calcula corresponder a uma arrecadação de 300 bilhões de cruzeiros por ano.

Sequestro imoral

Veio a luz recentemente um artigo publicado por um jornalista pernambucano revelando mais um capítulo sórdido do terrorismo no Brasil: o sequestro do deputado Fernando Lira e da esposa do senador Marcos Freire ocorrido em Brasília no ano passado. Os dois foram capturados por homens armados de metralhadoras, torturados e obrigados a posar para fotografias escandalosas. Fotos que, inclusive, começaram a ser distribuídas recentemente em Recife. Como de costume, as investigações sobre o sequestro a nenhuma pista chegaram.

espionagem na CPI da corrupção

Depois de permanecer algum tempo obstruída porque os parlamentares do PDS fechavam questão em não permitir a convocação de ministros para depor, a CPI da corrupção enfrenta o seu segundo impasse, desta vez por pretender investigar o caso Lutfalla, que envolve favores oficiais escandalosos a uma empresa falida ligada ao governador Maluf. Por três vezes o PDS adiou a sessão onde deporiam o advogado do BNDE, Válder Amaral; o próprio presidente do partido do governo na Câmara, Cantídio Sampaio, pressionou pessoalmente o deputado Válder Guimarães (do PP) a não insistir na investigação do caso. Até mesmo um caso inédito de espionagem ocorreu, tendo o governador de São Paulo acesso a uma fita gravada de uma reunião da CPI que sequer havia sido taquigrafada. O objetivo de todas estas manobras, além de evitar o desgaste político de Maluf, é de não trazer a luz um caso que está tendo desdobramento, já que o governo, através do BNDE, está prestes a concluir um novo arranjo fraudulento com os dirigentes da empresa falida.

Filiações: a hora da verdade

Nessa fase das filiações cada partido político está mostrando como pretende se relacionar com o povo. Mais reveladores do que as plataformas e os programas, começam a aparecer a desonestidade e o autoritarismo de quem só está a cata de eleitores e, de outro lado, os métodos de quem se propõe a contribuir para a organização popular.

Por Marília Carvalho

Conta-se de um cidadão americano que achou uma sacola cheia de dinheiro e, depois de muitas investigações, conseguiu devolvê-la a seu dono. A partir daí, sua vida virou um inferno: foi chamado a um programa de TV como celebridade, seus filhos passaram a ser apontados na escola etc.

A honestidade, o rigor para tratar dos negócios públicos é, cada vez mais, moe-

da rara, muito rara. Como o cidadão americano, o secretário de Saúde do Estado de São Paulo, Adib Jatene, ganhou publicidade simplesmente porque determinou que 2 mil vagas abertas pela sua secretaria seriam preenchidas por concurso público e não por indicações ou afilhadismo político. Imediatamente levantou-se contra ele toda a bancada do PDS, sendo acusado de subversivo e ameaçado até de perder o posto.

O fato é que, aproximando-se as eleições, a corrupção eleitoral ganha força e se incorpora ao cotidiano das prefeituras, dos governos estaduais e central. O exemplo vem do alto: o governo já definiu como critério que os empresários que apoiarem o PDS serão os primeiros a receber os pagamentos pela execução de obras públicas; documentos de órgãos oficiais afirmam explicitamente que as prioridades administrativas devem ter em primeiro plano objetivos eleitorais; gerais colocam com o critério de aprovação em concursos públicos a filiação ao PDS (como ocorreu no concurso do IBGE do Rio, para preenchimento de vagas para censores em 1980). O governo encharcado de corrupção, quer corromper todos os eleitores: qual o seu preço?

Mas seria simplismo supor que a corrupção eleitoral se limita ao partido do



PP em Porto Alegre: o preço do eleitor é uma camiseta

governo. Ela é o instrumento básico de filiação e criação de bases dos vários partidos de oposição burguesa como, por exemplo, o PP que conta com o apoio de grandes bancos nacionais.

Já o PDT está levando ao extremo a sua fantasia de partido da classe trabalhadora. Um eleitor paulista, de Pinheiros, interessado no PT, ouviu de um membro do PDT que se tratava do Partido Dos Trabalhadores (e não Partido Democrático Trabalhista). Felizmente, ele não caiu na conversa.

Assim cresce o PT

Região de Nossa Senhora do Ó, São Paulo. Dois membros de uma equipe de filiações do PT começam a conversar com um grupinho sobre o problema do calçamento. Metade da rua é asfaltada, a outra parte não, mas na prefeitura consta como tudo asfaltado. Com isso, sofrem problemas até com o recolhi-

mento do lixo, pois os caminhões não vão até lá. Os petistas contam experiências de luta em outros bairros e sugerem uma reunião para a qual convidariam o deputado do PT, Sérgio dos Santos. Reunião marcada, o pai-de-santo da tenda de umbanda, em frente, oferece seu salão. O papo corre, a roda

já é grande. Os petistas estão explicando sobre o problema das filiações, o que é o PT. Todos em volta se filiam e mais: no salão da umbanda instala-se uma mesa de filiações, cada um chama os amigos — "Tragam o título de eleitor" — e forma-se uma verdadeira fila. Resultado: 70 novos petistas e um início de luta pelo asfalto.

EM TEMPO

Mães da Praça de Maio propõem Greve simbólica na Argentina

Em uma demonstração de coragem e combatividade, um grupo de mulheres está convocando uma "greve simbólica" de um minuto em todo o país para exigir o aparecimento dos presos políticos desaparecidos na Argentina. As já legendárias "Mães da Praça de Maio", num comunicado assinado por sua presidente — Hede P. de Bonafini — convocam todos os setores a participar da tradicional manifestação de protesto que todos os jovens realizam frente a casa do governo na praça de Maio.

Porém, agregam mais combatividade, propõem uma greve que, apesar de seu caráter simbólico, adquire uma enorme relevância nas condições atuais de profunda crise econômica e política da Argentina.

A Anistia Internacional e diversas organizações de solidariedade em todo o



Mães da Praça de Maio, um grupo já lendário

mundo têm conclamado a acompanhar este protesto, realizando concentrações e atos alusivos no mesmo dia — 30 de abril.

às 15 horas — exigindo o aparecimento com vida dos 30 mil sequestrados pela junta militar argentina.

Noitada de filiações

Na noite de 27 de abril, em um salão repleto da Assembléia Legislativa de São Paulo, o clima era de festa e otimismo para o PT. Ali, uma vasta gama de personalidades da vida intelectual, artística e da luta democrática brasileira vieram oficializar a sua filiação ao partido. Um bom reforço no momento em que os principais líderes do PT sofrem uma dura investida do governo através da Lei de Segurança Nacional. Ao mesmo tempo, é um acontecimento de vulto que obscurece e torna irrelevantes para o futuro do partido as recentes deserções de um pequeno grupo de militantes e parlamentares.

E que, sem dúvida, vem selar a imagem do partido coerentemente amplo e classista. Como disse Lula durante o ato, "no início nos acusavam de sermos obreiristas, diziam que o PT era um "partido de macacão." Depois, quando professores, estudantes, arquitetos e artistas começaram a se filiar começaram a falar que os intelectuais tomaram conta do partido. Hoje, aqui se desmistifica a questão das alianças. Pois o que dá unidade ao partido, a razão da nossa existência é organizar o povo para ganhar o poder, não apenas para ocupar posições mas para fazer as necessárias transformações sociais".



Henfil



Thiago de Melo



Gonzaguinha

Companheiros

"De agora por diante não os chamaremos mais, à distância, de personalidades, mas de companheiros. O PT os recebe de braços abertos lembrando que todos são iguais dentro dele, desde a faxineira até Antonio Cândido". Assim Lula arrematou o seu discurso. Eis alguns novos companheiros do PT.

Paulo Schilling: ex-secretário-geral da Frente de Mobilização Popular organismo unitário integrado pelo Comando Geral dos Trabalhadores, UNE, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, organizações camponesas etc, que atuava antes de 64. Escritor e jornalista de renome internacional.

Bernardo Kucinsky: jornalista do ex-semanário *Opinião*, do Movimento e EM TEMPO, ligado intimamente ao surgimento e tradição da chamada imprensa alternativa.

Hugo Asman: teólogo, recém-chegado ao Brasil, e um dos maiores responsáveis

pela elaboração da chamada "teologia da libertação" e sua divulgação na América Latina.

Thiago de Melo: poeta de renome internacional, durante muito tempo perseguido e exilado.

Jorge Andrade: um dos maiores dramaturgos brasileiros, autor de "O Rei da Vela".

Luiz Gonzaga Júnior e José Rodrix: compositores de expressão da música popular brasileira.

Antonio Cândido: referência obrigatória no estudo da literatura brasileira, crítico literário, ex-membro dirigente do Partido Socialista Brasileiro.

Madre Cristina: Diretora do Instituto Sedes Sapientiae e notória defensora dos Direitos Humanos no Brasil.

Henfil: cartunista brasileiro de renome internacional.

Esther Goes, Renato Borghi, Beth Mendes, Lélia Abramo e Dulce Muniz: personalidades da vida artística nacional.

Luiz Travassos, José Genoíno Neto e Altino Dantas: ex-dirigentes estudantis da década de 60.

Hélio Pellegrino e Martha Suplicy: psicanalista e psicóloga de influência nacionais.



"De fato, a força política de um partido não se mede apenas pelo número de diretórios que possui ou mesmo pela amplitude de sua bancada parlamentar. Se avalia também pela capacidade de galvanizar à sua volta personalidades que pela sua existência ou por sua obra deixam marcas, legados culturais ou exemplos de dignidade, mais ou menos importantes e que fazem parte do patrimônio cultural de um povo".

Não tem outro significado, por exemplo, a adesão de Thiago de Melo, poeta de renome internacional e por muitos anos exilado, que traduziu no campo poético as esperanças e sonhos de toda uma geração de combatentes na luta popular. "Faz tempo que escolhi entre o opressor e os oprimidos, entre os poderosos e os deserdados da terra. É por isso que entro para o PT", explicou Thiago que hoje vive junto aos caboclos no Amazonas, sua terra natal.

Também Antonio Cândido, velho professor e singular representante do que há de melhor na crítica literária brasileira explicou a sua filiação como a "possibilidade de realizar hoje os sonhos da juventude, que nunca puderam encontrar um lugar para se desenvolver". Já Ignácio da Silva Telles, advogado e antigo professor de Ciência Política, justificou a sua adesão dizendo que durante sua existência "foi se convencendo da solene inutilidade dos antigos partidos políticos brasileiros. Agora, sim", continuou, "temos um verdadeiro partido político, que nasce de baixo para cima, do que há de mais sofrido no Brasil. E é por isso que nasce com tanta força".

Vitórias eleitorais

Se as eleições para o Congresso fossem hoje o PT elegeria 40 deputados federais em todo o país, apenas 20 a menos que o PP. Este é o resultado de uma recente pesquisa sigilosa realizada pelo governo, estrategicamente "vazada" para a imprensa.

Sabe-se que o governo vem realizando pesquisas sigilosas junto à população para captar as tendências políticas do eleitorado. O objetivo é tanto de permitir a elaboração de uma estratégia oficial no campo eleitoral como também de clarear quais as reformas eleitorais que seriam mais favoráveis a ditadura nas eleições de 1982.

Recentemente, a grande imprensa divulgou informações dessas pesquisas que teriam "vazado" do sigilo governamental através de comentários de um assessor de ministro a um cronista político. As informações se referem as possibilidades eleitorais do PT e, como são extremamente positivas, vindo de onde vêm, despertaram suspeitas em alguns de que a sua divulgação teria o papel de incentivar o receio e a concorrência ao PT por parte dos demais partidos de oposição.

Apesar de duvidosa a fonte, as informações divulgadas parecem ter algum valor indicativo não pelo fato de serem positivas, mas porque indicam tendências perfeitamente afinadas com a realidade atual do PT.

A primeira informação importante se refere ao fato de que as duas pesquisas,

realizadas em épocas diferentes, não apresentam grandes variações no número de votos petistas. O que é perfeitamente coerente se se pensa que o PT marca o seu crescimento num campo próprio tanto através de um esforço de filiação com métodos distintos, como por levar uma mensagem política bastante diferenciada, centrada na necessidade da organização popular. Atrás dos números, estaria refletido a solidez de um partido que vem se construindo à margem da corrupção eleitoral, eficiente em termos eleitorais mas bastante instável.

A segunda informação se refere à potência eleitoral do PT, surpreendente se se tem em vista a sua pequena e nascente máquina partidária. Segundo os dados divulgados das pesquisas, se as eleições para o Congresso fossem realizadas hoje, o PT elegeria 40 deputados federais em todo o país, apenas 20 a menos que o PP, partido que já conta com uma formidável máquina partidária, tanto em termos financeiros como em termos de representação parlamentar. O que está igualmente de acordo com o milagre da constituição do partido, em meio a tantas adversida-

des, como também, com a ampla receptividade encontrada em meio a população por todos os militantes que têm se envolvido em um trabalho de filiação.

Bandeira do PT

Também na noite do dia 27 o Partido dos Trabalhadores lançou o concurso para Logotipo e Bandeira do partido, "buscando marcar publicamente a vocação do PT, para exprimir seu sentido unificador", conforme salienta o regulamento do concurso. O concurso se encerra no dia 27 de julho às 21 horas. Maiores informações poderão ser encontradas no regulamento do concurso que se encontra a disposição de todos os militantes nas sedes regionais do partido.

Legalização é uma realidade

Por L. Nadai e Maura Veiga

Em 16 de agosto próximo o PT estará realizando convenções regionais em 12 estados brasileiros, 3 além do mínimo necessário. Esta é a principal conclusão que chega a secretaria de organização do partido, através de um extenso relatório divulgado no início deste mês. Deste modo o Partido dos Trabalhadores avança o rumo à sua legalização, apesar do governo e de sua draconiana lei partidária. São quatro os estados onde o partido já pode realizar as convenções: Acre, Piauí, Maranhão e Mato Grosso do Sul. Em outros 6 estados, segundo o relatório, a situação é tranqüila: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Amazonas e Santa Catarina. Portanto, sobram apenas São Paulo e Minas, onde as dificuldades são mais, porque estes estados possuem um grande número de municípios.

No Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Pará e Paraná o PT terá que intensificar muito seu trabalho de filiação se quiser realizar as convenções na data marcada. Em Alagoas, Sergipe e Mato Grosso é muito remota a legalização.

Apesar deste quadro otimista o trabalho de filiação têm sido realizado com muitas dificuldades. No Amazonas a filiação é feita praticamente a pé ou de barcos, pois de Manaus só se tem acesso por estradas a três municípios. Neste estado o trabalho central é desenvolvido por grupos de operários da Zona Franca e um grupo de intelectuais e artistas, como Thiago de Melo. Pelas dificuldades de acesso, "no Estado do Piauí (em cinco municípios) os companheiros foram filiar montados em jegue" informa o deputado Antonio Carlos de Oliveira, secretário de organização do partido.

No Ceará, continua Antonio Carlos, "em função da seca, tivemos grandes transtornos, pois perdemos vários militantes e filiados que se mudaram para Fortaleza e outros estados". O desligamento do deputado estadual Nelson Aguiar tornou mais difícil o trabalho de filiação no Espírito Santo. Entretanto, existe uma chance de retorno do deputado ao partido e no dia 10 de maio será realizada uma caravana no estado com participação de Lula, para reatar o contato com Nelson Aguiar e realizar filiações.

A saída Wanderly Farias, ex-membro da Direção Nacional, não afetará a legalização do PT no Estado da Paraíba. Isto é o que Antonio Carlos, afirma. Segundo o deputado "durante todo este tempo que esteve na Direção, Wanderly criou apenas 6 comissões provisórias. Hoje já contamos com 12 comissões".

AGORA É BOTAR PRA QUEBRAR

OS TRABALHADORES VÃO DIRIGIR O PAÍS

ENTRE PARA O PT PARTIDO DOS TRABALHADORES

Filiação estado por estado

O partido poderá realizar as convenções municipais marcadas para o dia 21 de junho e também as estaduais, previstas para 16 de agosto. Eis aqui um resumo do relatório sobre as filiações, divulgado recentemente pela secretaria de organização do PT.

municípios e bastam 2 para viabilizar o partido. Três municípios já têm número de filiados em número superior ao exigido em lei e o PT se organiza, basicamente, com a participação dos trabalhadores rurais.

RIO GRANDE DO SUL: Informa o companheiro Olívio Dutra que os trabalhos de filiação foram intensificados no interior em 60 municípios. São necessários para atingir os 20% exigidos pela legislação, 47 diretórios e, hoje, as filiações estão adiantadas em 27.

No Rio Grande do Sul o PT realizará convenções municipais e elegerá aproximadamente 50 diretórios.

SANTA CATARINA: Santa Catarina tem 179 municípios e, portanto, necessita de diretórios em 39. Hoje, o trabalho de filiação se desenvolve em 59 municípios, dos quais 44 já tem comissões municipais.

RIO DE JANEIRO: Para se viabilizar no Rio de Janeiro o PT precisa de 19 diretórios. Hoje já temos 26 Comissões Provisórias Municipais e trabalho em 40 municípios do interior. Só a capital tem 25 zonas. Há condições de realizar convenções municipais em pelo menos, 25 municípios e zonas.

ESPIRITO SANTO: O estado tem 55 municípios e, portanto, necessita se organizar em 11. O trabalho vem sendo realizado em 14 municípios. O partido realizará as convenções municipais em 15 municípios.

GOIÁS: O estado tem 223 municípios e precisa formar 45 diretórios. O trabalho de filiação vem sendo realizado em 60 municípios dos quais 48 já tem comissões provisórias.

MATO GROSSO DO SUL: O estado tem 64 municípios. São necessários 13 diretórios municipais para a legalização. Hoje o PT já superou as exigências legais em 11 municípios. É pensamento da Direção chegar a convenção regional com um mínimo de 30 diretórios municipais.

ACRE: Precisando organizar três diretórios municipais, o partido já está organizado com número de filiações superior ao exigido, em Rio Branco, Xapuri, Senador Guiomar, Brasília e Vila Plácido.

AMAZONAS: Com 44 municípios o Amazonas é o estado que apresenta maiores dificuldades para a organização de um partido de oposição. O mínimo exigido é de 9 diretórios municipais e, é objetivo da Direção Regional promover convenções municipais em 11 municípios.

PIAUI: Considerado que o Estado tem 115 municípios, são necessários 23 diretórios regionais para viabilizar o partido a nível regional. O trabalho vem sendo realizado em 35 municípios, dos

quais, 30 tem comissões municipais constituídas.

MARANHÃO: É outro estado onde a situação do PT é das mais favoráveis. Presente em 38 municípios o partido conta com 34 comissões provisórias, e já superou o número mínimo de filiados em 23.

CEARÁ: O estado tem 141 municípios e precisa de 29 diretórios. Já foram constituídas 36 comissões provisórias e o trabalho de filiação está sendo desenvolvido em 40 municípios. Apesar de todos os esforços pela legalização, não se pode afirmar se serão realizadas convenções municipais em 29 municípios.

RIO GRANDE DO NORTE: O estado tem 150 municípios. Precisamos organizar 30 diretórios. Temos 31 comissões formadas e o trabalho de filiação está sendo feito em 40 municípios.

PARANÁ: O estado tem 194 municípios e, portanto, são necessários 59 diretórios. Atualmente o trabalho de filiação está sendo desenvolvido em 80 municípios dos quais 28 têm comissões municipais. Apesar do otimismo é difícil a realização das convenções.

BAHIA: O estado tem 336 municípios e são necessários 68 diretórios. O trabalho está sendo desenvolvido em 70 cidades e 11 zonas de Salvador. Foram constituídas 33 comissões provisórias. São remotas as possibilidades de realização da convenção regional.

PARÁ: O estado tem 83 municípios e, portanto, são necessários 17 diretórios. Foram constituídas 10 comissões municipais. As chances são remotas.

PARAIBA: O estado tem 175 municípios e são necessários 35 diretórios. São remotas as possibilidades da convenção regional.

PERNAMBUCO: O estado tem 163 municípios e 9 zonas eleitorais na capital. São necessários 34 diretórios. Contudo, é muito difícil a realização de convenções municipais.

MATO GROSSO: A Secretaria de Organização enviou o companheiro Mauro a Cuiabá para uma avaliação com os militantes locais. O estado tem 55 municípios e apenas 11 diretórios bastam para a legalização do partido. São todos

municípios com pequeno número de eleitores o que facilita a filiação e estruturação em termos legais.

SERGIPE: Com 74 municípios o Estado precisa de 15 diretórios, existe trabalho de estruturação do partido mas

ainda sem grandes possibilidades.

ALAGOAS: Com 94 municípios, são necessários 19 diretórios. A situação é idêntica à de Mato Grosso e Sergipe.

TERRITÓRIO DE RONDÔNIA: O atual território e futuro Estado tem 7

Minas Gerais PT vence o desafio

Em Minas Gerais, a reformulação partidária trouxe uma grande surpresa: a necessidade de constituição de 144 diretórios para que o partido se legalize. Esse é o Estado, onde o número de diretórios exigido por lei é o maior sendo um desafio para qualquer partido.

Apesar das dificuldades, os companheiros mineiros estão botando para quebrar, mostrando assim a força dos trabalhadores. Organizaram, até o momento, 204 comissões

provisórias superando o mínimo de 144. Em 50 municípios, o número mínimo de filiados já foi alcançado e, em mais 60, o trabalho encontra-se em fase final. O número de filiados no Estado está por volta de 8.264, o que prova que, no prazo previsto, Minas fará suas Convenções.

A direção estadual do PT, em Minas, para garantir essas previsões organizou um plano de trabalho que, num primeiro momento, é o de deslocamento de parte dos com-

panheiros da capital para o interior para aí consolidar os trabalhos existentes e abrir novas comissões. Num segundo momento, concentrar todos os esforços na capital, onde o trabalho caminha mais lento. Com isso, os companheiros mineiros deixam claro que não só aceitaram o desafio, como serão vitoriosos, o que comprova até as palavras de juizes e funcionários do TRE/MG, de que aí, o PT é o partido mais bem organizado.

São Paulo Na reta final

No Estado de São Paulo são 570 municípios. A campanha de filiação intensificou-se nos últimos 30 dias. Hoje, ninguém vê companheiro do PT sem material de propaganda e ficha de filiação na bolsa. Também não é para menos, aqui o PT tem que organizar 128 diretórios para se legalizar.

Hoje, já estão formadas 188 comissões provisórias, sendo 133 no Interior e 55 na capital. Espera-se em 15 dias mais 12 comissões pron-

tas. Mas o trabalho de filiação não pára por aí. No último dia 27, completou-se a filiação mínima em Cajamar, S. Caetano, Águas de Lindóia, Aguai, São Pedro, Pirassununga e nos bairros do Limão e Taboão da Serra. Espera-se, ainda, para essa semana o encerramento do número mínimo de filiações em Taubaté, Rio Claro, Cerquilha, S. José dos Campos, S. Carlos e os bairros de Belenzinho, Barra Funda e Butantã. Outros bairros da capital como Sororro, Freguesia do O e municípios

como Osasco, que precisam de um número alto de filiação, encontram-se em fase final de filiação.

A direção regional de S. Paulo acredita que no dia 21 de junho ter-se-á condições de realizar Convenções em 150 diretórios, o que significa 22 diretórios a mais do necessário. Embora as previsões sejam boas, o trabalho não será diminuído, ao contrário, prepara-se caravanas para o Interior e mutirões para a capital, durante o mês de maio.

As convenções e a democracia no partido

É hora de definir o Regimento Interno do PT para que sua tradição de democracia interna, possa vir a prevalecer ao lado do cumprimento das exigências legais do processo das convenções.

Por Flávio Andrade

Anível municipal, há dois tipos distintos de Convenção, segundo a lei dos partidos políticos: **Tipo I — Convenção para escolha do Diretório e dos delegados à Convenção Regional.**

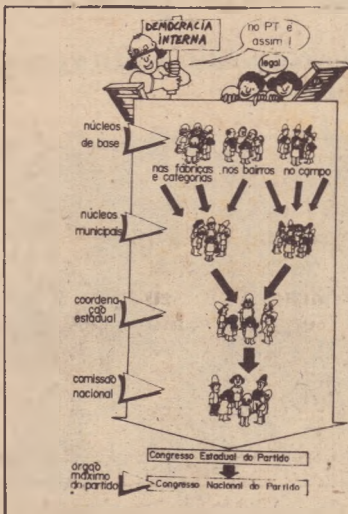
Diretório é o órgão de ação e direção a nível municipal. Não é composto, como muitos pensam, do conjunto de filiados ao partido. Ele pode ter, no máximo 45 membros (incluindo entre estes, necessariamente, o líder do partido na Câmara Municipal). Quanto aos delegados à Convenção Regional, nesta fase em que estamos ou, melhor, vamos entrar, cada município somente elegerá 1 delegado.

Nesta Convenção Tipo I participam todos os filiados do partido no município (ou na zonal ou distrital), sem exceção, isto é, todos os filiados ao partido que votam naquele município, zonal ou distrital.

É claro que este tipo de Convenção não oferece nenhum problema sob o ângulo da democracia interna, uma vez que pela própria lei todos votarão na escolha dos dirigentes municipais e de delegado do município à Convenção Regional.

Tipo II — Convenção para escolha dos candidatos às eleições, para traçar o Plano de Ação, fixar diretrizes e outras deliberações previstas no Estatuto.

Este é o segundo tipo de Convenção Municipal e seguramente importantíssimo para um partido como o PT, que quer que todos os seus filiados e militantes participem ativamente de suas decisões. O ideal, inclusive, seria que esta Convenção fosse realizada ao mesmo tempo que a anterior, pois a escolha de



O Encontro Nacional do PT no ano passado aprovou, além do Programa, os Estatutos do partido. Mas deixou pendente, para aprovação posterior, o Regimento Interno que tanto regulamentaria pontos omissos nos Estatutos como concretizaria mais a democracia interna que desejamos para o PT. Agora com a proximidade das convenções esta tarefa volta à tona e com urgência. Por um lado a convenção nacional deverá aprovar o Regimento Interno; mas por outro lado, e isto é mais importante ainda, as próprias convenções, das municipais à nacional, em virtude das restrições autoritárias que a lei lhes impõe, deverão já ser precedidas de encontro livres regidos por critérios mais democráticos, onde a representação através

dos núcleos e a discussão política se façam de maneira livre como foi a tradição do partido até hoje.

Por estas razões é que a direção nacional deliberou normas preliminares para a realização destes encontros em sua reunião de começo de janeiro último e, ao mesmo tempo, a comissão de advogados votada no Encontro Nacional bem como vários militantes hoje no interior do partido estão debatendo a questão deste Regimento Interno. Breve publicaremos propostas concretas de Regimento. Aqui, no entanto, a título de serviço, segue um pequeno texto explicando, de acordo com a lei, o que são as convenções dentro da vida do partido e suas limitações.

Lei orgânica dos partidos políticos

Convenção — Tipo I

CONVENÇÃO PARA ESCOLHA DO DIRETÓRIO (até 45 membros, entre os quais o líder do partido na Câmara Municipal) E DOS DELEGADOS À CONVENÇÃO REGIONAL (1 apenas nas primeiras convenções de um partido):

Quem tem direito a voto: todos os filiados do partido no município, desde que filiados até 15 dias antes da Convenção.

Convenção — Tipo II

CONVENÇÃO PARA INDICAR CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES, PARA OUTRAS DELIBERAÇÕES DO ESTATUTO, etc.

— Quem tem direito a voto:

- a) membros do Diretório
- b) parlamentares que votam no município
- c) delegados à Convenção Regional. NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 1 MILHÃO DE HABITANTES:
- Quem tem direito a voto:
 - a) parlamentares do partido que votam no município
 - b) delegados à Convenção Regional, de cada zonal ou distrital existente no município.

dirigentes deve ser sempre vinculada às propostas políticas, aos planos que os dirigentes, ou melhor, os candidatos a dirigentes pretendem implementar no partido.

Mas como a legislação é autoritária, ela separa as duas coisas — e o que é pior: na Convenção que elabora o Plano de Ação, fixa as diretrizes políticas, escolhe candidatos, etc., ela — a lei — só atribui direito

de voto aos membros do Diretório, aos parlamentares a todos os níveis que votam no município, aos delegados à Convenção Regional, a dois representantes dos diretórios distritais (distrito no sentido de pequenos povoados ou cidadezinhas que compõem um município e, não, distrito eleitoral como nas grandes cidades) e a um representante de cada Departamento existente.



Emilio Brauns (Jornacoop)

E para os municípios com mais de 1 milhão de habitantes, a lei ainda é pior: nesta Convenção só têm direito a voto os parlamentares com domicílio eleitoral no município e os delegados das Zonais ou Distritais (aqui no sentido eleitoral do termo) à Convenção Regional.

Como se vê, a lei consagra o princípio da representatividade, e estreitíssimo, enquanto, ao contrário, no PT buscamos reforçar a democracia participativa, direta.

Vem aí o jornal do PT

A direção nacional está examinando um ante-projeto de um jornal nacional de massas do PT que poderá vir a estourar na praça já ao final do processo das convenções, no segundo semestre.

Está na ordem do dia a questão do jornal do PT. Um jornal de massas nacional; de início talvez quinzenal mas caminhando rápido para o semanal, um jornal militante para a construção do partido e ao mesmo tempo um órgão de informação e análise capaz de disputar público em bancas.

Estas as características que, segundo Perseu Abramo, Secretário de Imprensa da direção nacional, constam de um ante-projeto já entregue para discussão à direção do partido.

Por seu lado, a direção, através de Lula, afirma que ainda não teve condição de examinar a proposta e dar curso ao encaminhamento em virtude das tarefas urgentes da legalização e preparação das convenções. Mas continua ele, "é um absurdo que o PT ainda não tenha seu jornal quando dispõe de recursos hu-

manos e estruturas comprovadamente capazes de um excelente órgão de imprensa. Basta ver a quantidade de jornalistas que apóiam o partido, bem como os jornais alternativos simpáticos ao PT, e jornais e boletins que o próprio PT vem produzindo em todo o país irregularmente. Agora mesmo, para as tarefas da legalização e conformação da linha do PT um jornal seria um instrumento que teria nos facilitado enormemente o trabalho".

A idéia da direção do PT é aprovar já um ante-projeto de jornal - o que pode vir a ocorrer na sua próxima reunião da Executiva ainda esta semana - e a partir daí deflagrar um processo de discussão em todos os níveis do partido que culminasse juntamente com as convenções por volta de setembro.

Enfim, se a idéia não é nova dentro do PT, o que há agora de novidade é a grande disposição e empenho da direção, particular-



mente de Lula, em acelerar e tirar logo conclusões práticas de uma discussão já antiga e que, por várias vezes, em virtude da falta de suporte da direção, abortou antes de chegar a resultados concretos.

Mas agora parece que a coisa vai para frente pois a proposta do jornal está vindo num momento em que o PT demonstra grande sensibilidade e capacidade de luta para se conformar em vários níveis como um partido mesmo, de intervenção na luta de classes. E para um partido deste tipo um jornal é um instrumento insubstituível na sua conformação, recrutamento de militantes, orientação da intervenção, formação etc.

É claro que um jornal deste porte acenado pela direção terá implicações sobre o conjunto da imprensa atual do partido. Os órgãos regionais e os boletins nacionais - ainda que não chegassem a ter uma periodicidade e um caráter muito definidos - terão que ceder espaço ao jornal nacional e buscar definir-se em faixas mais específicas.

Do mesmo modo, ou ainda de maneira mais clara, deverá se

alterar a chamada imprensa alternativa que se insere no PT. Tanto porque nos seus moldes atuais ela concorreria e, em certa medida, duplicaria esforços com o jornal do PT, como porque, conclama Lula, grande parte dos recursos e estruturas para o jornal do PT teria que sair destas experiências já consolidadas de imprensa.

Isto não quer dizer que esta imprensa de esquerda não tenha seu lugar ou papel. Mas sim quer dizer que, se ela está de fato empenhada na construção do PT como um partido mesmo, a chamada imprensa alternativa terá que se redefinir em seus aspectos jornalísticos em favor do jornal do PT, alterando portanto em grande medida seus projetos iniciais. Alguns destes jornais alternativos já estão hoje discutindo este tema.

De nossa parte, já de longa data temos manifestado nossa posição e disposição total para a construção de um jornal do PT. Como temos mesmo cobrado insistentemente da direção medidas concretas neste terreno, colocando à disposição do jornal do PT os modestos recursos de que dispomos, dentro da perspectiva de redefinição do EM TEMPO à luz do que vier a ser o jornal do partido.

Comunidade de Base

O encontro da fé e da política

Preservando a sua autonomia, as comunidades de base assumem a política como a grande arma para construir uma sociedade justa.

O quarto Encontro Nacional das Comunidades Eclesiais de Base, realizado no final do mês de abril em Itaici (SP), será lembrado como a oportunidade em que o compromisso da Igreja com o povo marcou pontos decisivos em sua legitimidade e demarcou o seu espaço próprio de existência e crescimento.

Em primeiro lugar, por causa da representatividade alcançada pelo encontro. Entre os 300 participantes, a maioria esmagadora era composta por delegados retirados em encontros regionais preparatórios, refletindo experiências tão diversas quanto é abrangente o trabalho atual das pastorais da Igreja. Participaram desde pessoas como Maria Melania, dona de casa da baixada fluminense que participa do movimento pela criação de passarelas sobre a BR-040 até "Bacurau", hanseniano de 41 do Acre, grande incentivador das comunidades em seu Estado. Estiveram presentes membros de 79 dioceses de todo o país (apenas 3 não se fizeram representar).

Essa representatividade veio tocar exatamente em um ponto delicado, o das relações das comunidades eclesiais de base com a hierarquia da Igreja, principalmente a sua parcela mais conservadora. Recém-aberto, o encontro foi alvejado por uma nota oficial divulgada pelo cardeal-arcebispo Dom Eugênio Sales, justificando a ausência de representantes da Arquidiocese do Rio pelo fato do encontro não ser "uma reunião oficial da Igreja, mas sim de um grupo de pessoas que estuda o assunto". A nota afirmava ainda que as CEBs não contariam com o reconhecimento do papa já que a CNBB não teria atendido ao pedido formal do Vaticano para que fossem enviadas a Roma as normas de funcionamento das comunidades. De pronto, a CNBB, através de seu



presidente, o cardeal-arcebispo dom Alcisio Lorscheider manifestou o reconhecimento oficial da reunião de Itaici. Lá já estavam presentes 18 bispos de todos os cantos do país.

Opção pelos pobres

Em um momento em que o governo investe esforços no sentido de trazer a Igreja para uma posição de conciliação — o que fica particularmente claro na discussão das reformas no Estatuto dos Estrangeiros — o documento final divulgado pelo Encontro manifesta uma posição de profunda oposição com os interesses defendidos pela ditadura. Lá está escrito que "o que mais nos impressionou foi o sofrimento do nosso povo. Como Jesus, o povo está sendo crucificado pelos poderes deste mundo, pelo grande pecado que é o sistema capitalista que só procura o lucro".

Conquistando legitimidade em meio ao clero, confirmando a sua vocação pelos oprimidos, restava às comunidades demarcar o seu campo próprio de existência em meio ao atual estágio de organização do movimento popular. O Encontro, ao mesmo tempo que preservou a individualidade da vida das CEBs, frente aos partidos políticos, reservando à opção individual a escolha partidária, aprovou expressamente a necessidade de militância nos partidos. "A política é a grande arma para construir uma sociedade justa, do jeito que Deus quer", chegou a firmar Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda que presidiu o Encontro.

Informalmente se sabe que os três partidos que encontram alguma receptividade em meio as comunidades são o PT, o PMDB e o PDT. Destes, por sua própria natureza, é o PT quem tem recebido maiores simpatias.

Ronald Biggs e Universindo Dias

Dois meses e duas medidas

Da sucursal

No último dia 24, chegava ao aeroporto do Galeão, com o estardalhaço de grande personalidade, o inglês Ronald Biggs, depois de mais de um mês numa estranha aventura (ou pesadelo). Sequestrado no Rio, no dia 16 de março, Biggs foi levado para Belém e a seguir para Barbados, onde seu destino ficou nas mãos da Suprema Corte desse país, responsável pela decisão entre o pedido de extradição da Inglaterra e o de devolução do Brasil.

Liberado para voltar ao Brasil, ficou ainda em torno de Biggs e do seqüestro um enorme mistério. Afinal, o conhecido assaltante do "trem pagador", só entrou na quadrilha que organizou o "roubo do século", segundo sua própria autobiografia, lançada este mês na Inglaterra e no Brasil, por ser o único que conhecia alguém capaz de manejar a locomotiva. Condenado a 30 anos, ele fugiu após cumprir dois e deve, portanto, outros 28 anos à justiça da Inglaterra. Além da fuga espetacular, ele já sofreu, em 79, outras tentativas de seqüestro e de extradição e

agora se viu envolvido nessa estranha estória. Resta, como certeza, a simpatia do seu filho Mike, que conquistou a opinião pública, tanto na Inglaterra como no Brasil.

Acima disso tudo, porém, o seqüestro cinematográfico provocou perplexidade geral pela facilidade com que alguns ingleses entraram, sequestraram e saíram do país como se o Brasil fosse uma espécie de casa da mãe joana e, ainda por cima, com a Polícia Federal insistindo que tudo não passava de golpe publicitário.

Noticiando o seqüestro, a imprensa divulgou informações sobre a tentativa de policiais ingleses, em 1974, para obter a extradição de Biggs. Em livro a ser lançado em breve, o Sr. Jack Slipper, ex-detetive da Scotland Yard, afirma que o então chefe da Polícia Federal do Rio, Carlos Alberto Garcia, lhe propôs a troca de Biggs por exilados políticos brasileiros residentes na Inglaterra. Quantos exilados valeria Ronald Biggs? A pergunta vai ficar sem resposta, pois Mr. Slipper, em

nome das tradicionais instituições britânicas, acabou recusando a proposta.

O fato é que o pedido de devolução do sequestrado, apresentado mesmo que timidamente ao governo de Barbados, recolocou uma outra questão, já de dois anos, porém bem viva nas memórias: o seqüestro, em território brasileiro dos uruguaios, Lilian Celiberti e Universindo Dias. A esse respeito, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre enviou telegrama ao Ministro da Justiça, solicitando igualdade de tratamento para o casal uruaio. O caso já foi inteiramente comprovado e foi objeto de sentença judicial, o que deveria levar o governo brasileiro a pedir a devolução do casal e a extradição dos seqüestradores estrangeiros — ainda por cima "ajudados" na operação por policiais brasileiros — que invadiram o país em flagrante violação da "soberania nacional". Nesse caso, porém, o governo não se preocupou com a violação da "soberania", não sentindo nenhuma ameaça à "segurança nacional" ou a sua "reputabilidade no exterior".

As diretrizes do teólogo

Em documento distribuído durante o IV Encontro Nacional, o teólogo Clodovil Boff propõe um método de relacionamento entre as comunidades de base e os partidos políticos.

"1 — Favorecer a educação política da comunidade de forma permanente e não somente nos tempos de eleição.

"2 — Fique claro nas comunidades este princípio: a participação partidária não é simplesmente livre, mas boa e necessária para o cristão. Note-se, porém, que esta participação pode se dar em diferentes graus: pelo voto, pela filiação ou pela liderança.

"3 — Analisar criticamente partidos e políticos, medidas do governo e conjunturas. Para isso não basta dar critérios de orientação (formação). É preciso ainda fornecer material de informação (história dos partidos, seus programas seus membros etc.). Isso, porém, deve ser feito de acordo com as necessidades dos vários grupos nos distintos níveis da igreja: prelazia, paróquia, CEB e grupo de evangelização.

"4 — Que os membros da comunidade manifestem sua preferência por partidos que sejam populares mesmo, isto é: que dêem chance ao povo de participar de forma crescente até nos postos de liderança, que defendam os direitos dos oprimidos, que visem à mudança social e não a sua própria manutenção, e combatam a ditadura e todo poder opressor, que lutem pela independência econômica do Brasil, que tenham uma orientação socialista, isto é: que visem colocar a economia nas mãos do povo organizado.

"5 — Criar condições para que as comunidades surjam líderes que se engajem num partido popular, que estes cristãos não se desliguem totalmente da comunidade de origem nem esta os abandone, mas antes os acompanhe fraternalmente com seu estímulo e questionamento.

"6 — Que os cristãos tenham a liberdade de criar comitês que sejam lugares apropriados de debate e organização partidária.

"7 — Que os membros da comunidade tenham a liberdade de trocar fraternalmente idéias em termos de preferência partidária com o objetivo de se ajudarem, como irmãos na fé, a se posicionar corretamente. Evita-se, contudo, dentro das CEBs toda espécie de propaganda partidária. A escolha final nunca pode ser imposta, mas deve ser deixada à responsabilidade cristã de cada um.

"8 — Junto com essa nova frente de engajamento partidário, continuar a ampliar o trabalho de base nos órgãos não partidários: grupos de evangelização, sindicatos, associações, etc.

"9 — Que os grupos de periferia, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), assumam a tarefa de ajudar as comunidades a tomar uma posição crítica no campo político.

"10 — Todos estes critérios devem ser aplicados de modo flexível par se ajustarem às diferentes situações. E devem ser revistos periodicamente pela comunidade para acompanhar a conjuntura. Esse é o critério dos critérios.

Eleições CPERS/RGS

A maioria não votou

Depois de agitar a opinião pública gaúcha por quase um mês, as eleições para a diretoria do Centro de Professores do Rio Grande do Sul atingiram um resultado muito inferior ao esperado. A categoria, que mobilizou-se intensamente em duas grandes greves, na última atingindo 95% dos 100 mil professores do estado, não teve o mesmo comportamento frente às eleições. A abstenção atingiu a cifra de 65% dos 54 mil sócios do Centro, com pouco mais de 6 mil votantes na capital e cerca de 13 mil no interior.

A oposição, grande novidade nas eleições do Centro, que conseguiu polemizar as eleições, dividir opiniões nos debates em escolas e na imprensa, obteve cerca de 15% dos votos. A chapa situacionista conseguiu reciclar-se apresentando um discurso democrático e progressista, escondendo seus velhos métodos autoritários e de conciliação com o poder.

Ao lançar-se na disputa eleito-

ral o Movimento Participação - oposição - tinha presente as dificuldades que iria enfrentar. Reunindo pessoas que se destacaram pela combatividade nas últimas lutas da categoria, o grupo não contava com experiência acumulada suficiente para fazer frente à equipe situacionista. Além da infra-estrutura e recursos materiais do Centro, a situação contava ainda com o apoio e participação de pessoas que estão na entidade há cerca de 30 anos. Soube tirar um bom proveito da experiência acumulada ao longo dos anos na condução da entidade, capitalizando as características contraditórias do movimento no estado: apesar do seu alto índice de mobilização, o professorado ainda é muito arraigado a formas de organização tradicionais, com lideranças carismáticas e paternalistas. E, frente ao desgaste da diretoria do Centro, a chapa situacionista sempre que possível, apresentou-se como independente da atual gestão.

Mesmo contando como apoio da grande maioria dos diretores de núcleo do interior, a equipe situacionista teve que fazer concessões importantes para manter sua hegemonia: por um lado dividiu a oposição, cooptando seus setores mais vacilantes, por outro, incorporou pontos programáticos oposicionistas, apresentando um discurso democrático e progressista.

A grande surpresa do processo eleitoral no entanto não foi a vitória da chapa situacionista, pois esta todos esperavam, mas a grande abstenção por parte da categoria. O mais notório foi o resultado da votação na capital, onde concentra-se cerca da metade dos sócios da entidade e também onde o movimento é mais vivo. No interior, a própria estrutura burocratizada da entidade, sua presença deficiente faz com que o professorado tenha dificuldades em integrar-se à vida associativa, de forma que o resultado eleitoral ficou nos limites previs-

tos. Mas a capital não é somente o local onde existe a maior concentração de profissionais, como também o seu centro político. E justamente aquela parcela do professorado que define as lutas e mantém vivo o movimento esteve ausente na definição dos rumos da entidade.

Para o grupo Participação o baixo número de votos na capital é um indicador da falta de trabalho de base por parte da entidade, que ainda não serve como canal de participação cotidiano para o professorado. Por outro lado, indica também uma desilusão do magistério com o resultado das últimas lutas, o que se reflete na indiferença com relação aos rumos do Centro.

Um outro ponto que deve ser acrescentado é que a própria oposição não conseguiu empolgar a categoria, a ponto de trazer essa grande massa de descontentes para a vida sindical, sob a forma de um apoio ao programa que se apresentava como alter-

nativa de direção ao CPERS. Acorreram às urnas apenas os setores com participação mais definida na vida da entidade, destacando-se o grande número de inativas mobilizadas pela chapa situacionista, na defesa da continuidade da linha de intervenção do Centro.

Apesar do pequeno percentual de votos, os integrantes do movimento Participação avaliam com otimismo o processo eleitoral. Considera que recuperou-se o espaço legítimo para a existência de uma oposição, agora já amadurecida pelo conhecimento maior da categoria em todo estado, pela ampliação dos contatos e frentes de trabalho durante as eleições. Além disso o enfrentamento realizado obrigou a equipe situacionista a avançar politicamente, comprometendo-se publicamente com a democratização da condução da entidade, a reforma em seus estatutos e a assumir de maneira mais efetiva as lutas da categoria.

Docentes

Presente de grego do MEC

O ambiente em que se desenrolou a primeira reunião do CONAD, o Conselho Nacional de Associações de Docentes, da recém fundada Associação Nacional dos Docentes, foi bem menos polarizado que o congresso de fundação desta. A situação da Universidade brasileira se apresenta por demais grave e a categoria responde reflexivamente cerrando fileiras.

O grande eixo de lutas se delineia como sendo a resistência contra o mais recente ataque ao ensino público e gratuito, através do projeto do governo de transformar as Universidades Federais Autárquicas em fundações, o que equivaleria ao primeiro passo para a privatização do ensino.

As tentativas do governo de acabar com o ensino público e gratuito não são recentes. Na década de sessenta ficaram famosos os relatórios Atcon e Meira Matos bem como o acordo Mec-Usaid que pretendiam levar a universidade brasileira a adotar o modelo americano de universidade, significando o pagamento do ensino pelos estudantes e vinculação com as empresas.

A resistência da comunidade universitária, principalmente dos estudantes foi muito grande e abandonou-se temporariamente a sua implantação.

Hoje, num momento de crise do capitalismo brasileiro, o governo preocupado em "otimizar" seus recursos aplicando-os nos setores produtivos, principalmente aqueles voltado à exportação traz de volta o mesmo projeto.

A ofensiva governamental se dá no plano ideológico, através de um documento que procura responder as reivindicações da comunidade universitária. Em que pese seu carácter safado e sofismático, este documento dá a visão do governo sobre a universidade e a "justiça" de suas (do governo) iniciativas.

O projeto de fundações traz como invólucro um aumento salarial substancial



Ludwig: desde 78, quando anunciou a "vitória" da ARENA, tentando manobrar a opinião pública.

(hoje nas fundações federais se ganha o dobro que nas autárquicas) e a promessa de autonomia com a queda da lei 6733 que reza que os dirigentes das fundações são escolhidos pelo presidente da república.

Trata-se, no entanto, de um presente de grego, pois quando o governo transformar todas as federais autárquicas em fundações, não aumentando os recursos previstos para a educação, a deterioração salarial será uma fatalidade, pois as cobranças de anuidades, que seriam também previstas, não cobririam os recursos necessários.

Quanto à autonomia, também seria efêmera, uma vez que a universidade teria, para sua sobrevivência, que se atrelar às empresas e aos ministérios.

A resposta da ANDES, é combater o projeto e retomar a ofensiva apresentando uma proposta alternativa de universidade que vá no sentido dos interesses populares, da autonomia, do controle democrático, do ensino público e gratuito.

Já existe um seminário nacional marcado com o fim de discutir esta questão e também a proposta de levar esta discussão em todas as unidades e departamentos universitários.

Este seria um elemento unificador de todos os setores em que se acha dividida hoje a universidade brasileira, a saber, privadas, federais autárquicas, e fundações federais e não, como quer o MEC, a unidade pelo ensino pago.

Os outros grandes eixos de luta são:

- 1º - Os reajustes semestrais das FA (Federais autárquicas). Campanha a ser articulada com o restante do funcionalismo público.

- 2º - Integração no plano de carreira das FA de todos os discriminados pelo mesmo (colaboradores 80, extra-quadro, etc.)

- 3º - Luta contra o decreto-lei que determina a escolha dos dirigentes universitários pelo presidente da república.

- 4º - Luta contra a instabilidade e baixos salários nas universidades particulares.

(Sucursal de Porto Alegre)

A greve que queríamos e a greve que saiu

O movimento estudantil enfrenta hoje uma séria contradição.

De um lado, existe um imenso potencial de luta, causado pelas péssimas condições de ensino. Problemas candentes como a falta de verbas nas escolas públicas ou os aumentos abusivos nas escolas pagas geram, a cada instante, lutas e mobilizações.

De outro lado, dois fatores se contrapõem a que esse potencial de luta se transforme em luta concreta. Primeiro, uma grande desconfiança por parte dos estudantes nas tendências e diretorias de entidades, causada principalmente pela incapacidade destas realizarem uma sólida unidade na ação. Segundo, um certo descrédito no movimento como um todo, causado pelas sucessivas derrotas das mobilizações isoladas.

Nenhum dos dois grandes blo-

cos de propostas surgidos no período anterior do CONEG (reunião de todas as diretorias de DCEs e UEEs do Brasil) de 3 e 4 de abril contribuiu para superar essa contradição.

Um bloco queria deflagrar uma greve nacional por tempo indeterminado no dia 7 de abril, de qualquer maneira, sem se importar em verificar as condições existentes nem em preparar realmente a greve. Outro, não colocava qualquer perspectiva de mobilização unificada e fazia uma verdadeira apologia da falta de força do movimento.

Tanto o voluntarismo do primeiro bloco, como o imobilismo

do segundo caíam no mesmo defeito: ambos decidiam em nome dos estudantes. Um decidia que "dava", outro decidia que "não dava" e os dois tentavam impor suas "decisões" sobre o conjunto dos estudantes.

Naquele instante, o correto era tentar acelerar a transformação do imenso potencial de luta em luta de verdade. Para isso, era necessário discutir e concretizar em cada escola a pauta de reivindicações. Para isso, era necessário mostrar aos estudantes a forma superior de luta que é uma greve nacional reivindicatória.

Mas, era preciso também combater a desconfiança, combater o

descrédito; dar aos estudantes a certeza de que não entrariam em mais uma greve esvaziada. Cada estudante sabia muito bem que se houvesse uma real democracia, a greve só sairia se estivesse bem preparada, bem organizada. Por isso, era necessário exigir uma instância mais democrática que o CONEG, exigir a participação direta dos estudantes na decisão sobre a deflagração da greve.

Veio o CONEG, e com ele a greve de dois dias. Pelo menos ao nível de São Paulo, essa greve, planejada para ser uma advertência, soou muito mais como um protesto "moral" à intransigência do MEC. Devido ao seu esvaziamento, ela acentuou ainda

mais a desconfiança e o descrédito no movimento, desarmando os estudantes pelo menos até o fim do semestre.

Outro problema: os próximos passos a nível nacional do movimento serão decididos somente em julho, em um CONEB (reunião de todas as diretorias de Centros e Diretórios Acadêmicos do Brasil). Além disso, por causa das férias, raras serão as diretorias que farão assembléias para tirar posição: mais uma vez corremos o risco das eternas brigas aparelhistas e distantes dos estudantes.

Agora é voltar ao trabalho de base, buscando sempre a unificação das lutas, seja a nível de uma Universidade, seja a nível regional. E exigir, intransigentemente, a maior democracia possível para a decisão dos próximos passos do movimento. (Álvaro Frota e Carlos Paiva).



Os diretores da USP no 3º Distrito Policial



Policiais armados cercam o DCE-Livre

A diretoria é um caso de polícia

Há tempos que a Escola de Sociologia e Política de São Paulo vem sofrendo com as arbitrariedades praticadas por sua diretoria e da fundação mantenedora.

Durante as férias, foram demitidos - por motivos meramente ideológicos - nada menos que 15 dos 22 professores que a escola tinha. A sede do Centro Acadêmico foi fechada. Quase toda a vanguarda estudantil foi impedida de fazer matrícula. Vários alunos foram proibidos até de ingressar no recinto da escola.

Não contentes com isso, as diretorias da escola e da fundação parecem ter aderido à agressão física como forma de intimidação. Pelo menos, foi o que aconteceu no primeiro dia da greve nacional de advertência ao MEC.

Durante um debate sobre "Educação no Brasil" com um dos professores demitidos, José Luís Nadai, o corpo administrativo da Fundação, notadamente os diretores Josué Spina França e José Amílcar Mattei, invadiram a sala e ordenaram "um mi-

nuto de prazo" para que fosse evacuada. E antes mesmo desse tempo se esgotar, passaram a empurrar os presentes, a chutar cadeiras e a proferir palavras de baixo calão, atingindo três alunos - Elmar Monteiro, Ulza de Albuquerque e Vânia Camizella - com maior violência.

Atônitos diante de tal ato de selvageria, a reação imediata dos alunos foi chamar a polícia para garantir sua integridade física.

Josué Spina França e Amílcar Mattei foram indiciados em inquérito policial.

Diante da brutalidade ocorrida, os estudantes decidiram, em assembléia geral da escola, não mais reconhecer a autoridade de todo o corpo diretivo e exigir sua destituição por parte do conselho Curador da Fundação.

Decidiram, também, paralisar as aulas e depositar as mensalidades em juízo - mantendo assembléias permanentes e atividades culturais - até que este Conselho atenda a suas reivindicações. Além disso, conseguiram os préstimos dos juristas Goffredo Silva Telles e Miguel Reale Jr., que serão seus representantes na justiça.

Polícia invade DCE - Livre

Por Ademir Assunção

Um destacamento da tropa de choque da polícia militar, na madrugada do dia 3 de abril, invadiu a sede do Diretório Central dos Estudantes-Livre, expulsando os estudantes que ocupavam o imóvel há cerca de 15 anos.

Era pouco mais de 5 horas quando a operação começou. Fortemente armados com cacetetes, revólveres, escudos protetores e até metralhadoras os policiais cercaram todo o quarteirão onde se localiza o imóvel, enquanto o oficial de Justiça João Soriani, procedia a execução de despejo. Uma das paredes dos fundos da entidade foi derrubada por um caminhão da Universidade, embora a porta da frente estivesse aberta. Ao ouvir o estrondo causado pela derruba da parede, as duas estudantes que faziam vigília na sede, acordaram assustadas. Tentaram impedir a invasão, alegando que o horário não permitia qualquer ação judicial. A partir daí, passaram a ser agredidas verbalmente. Uma das estudantes, temendo algum ato de violência por parte dos policiais, enrolou-se numa ban-

deira brasileira e tentou dialogar com o oficial de justiça. Um dos policiais, rapidamente, puxou a bandeira, esbravejando: "Suas comunistas! Cai fora ou entra na pancada".

A notícia da invasão do DCE-Livre espalhou-se rapidamente. Pouco depois do início da operação militar, começou a formar-se uma aglomeração em torno do imóvel. Logo, a movimentação cresceu, mas os estudantes não puderam fazer nada, pois os policiais não deixaram ninguém atravessar o cerco.

Intransigência da reitoria

O impasse criado entre os estudantes e a Reitoria da Universidade já vinha de um bom tempo. Inclusive uma tentativa de invasão da sede já havia sido feita, durante a semana que antecedeu o carnaval. Naquela ocasião, porém, uma rápida mobilização estudantil, juntamente com o apoio de grande parte da comunidade londrinense, conseguiu adiar o confronto por algumas semanas.

Várias tentativas de estabele-

cimento de diálogo, por parte dos estudantes, esbarraram na intransigência da Reitoria. Aliás, o reitor José Carlos Pinotti, sempre se negou a reconhecer o DCE-Livre como legítimo representante dos estudantes. Essa intransigência do reitor Pinotti, irritou a diretoria da entidade, que em editorial, alegou que "o DCE-Livre foi eleito diretamente pela ampla maioria dos estudantes da FUEL. Isso garante-lhe legitimidade". Por sua vez, o reitor irritou-se também com os estudantes, quando estes, no mesmo editorial, atacaram-no contundentemente: "agora, gostaríamos de saber, quantos estudantes votaram no senhor Pinotti para que ele assumisse o cargo de reitor?".

Esse impasse culminou com a atitude violenta da Reitoria, que agora pretende transformar a sede do DCE-Livre "em escola de arte. Os estudantes, no entanto, já se mobilizaram no sentido de conseguir uma nova sede para a entidade. Possivelmente, a prefeitura municipal doará um novo imóvel para o funcionamento do DCE-Livre.

1º de Maio na rua

Em São Paulo, o "Primeiro de Maio Unido" de 1981 não saiu. Serão realizadas manifestações na capital, em São Bernardo do Campo e em outras cidades do interior. Mesmo que muitos queiram tapar o sol com a peneira, é uma clara divisão de águas dentro do movimento sindical. Mas, por que?

Por Elvira Oliveira e Régis Moraes

Anarquistas, Getúlio e o Populismo "Amanhã sereis governo"

Dos anarquistas ao populismo, passando pela ditadura de Getúlio Vargas, as comemorações do 1º de Maio sofreram muitas transformações. Perderam o caráter de dia de luta da classe trabalhadora e, principalmente, perderam a autonomia frente ao governo.

Desde 1895 o Primeiro de Maio é comemorado em comícios e passeatas nos grandes centros operários do país, chegando a reunir milhares de populares, operários, soldados e marinheiros. As manifestações eram lideradas principalmente pelos anarco-sindicalistas.

Durante a ditadura Getulista, debaixo de enorme repressão, no 1º de Maio predominam as festividades oficiais, onde os ministros, pelegos e milicos faziam discursos elogiando a ditadura e apregoando o fim da luta de classes. O Primeiro de Maio passou a ser a data de decretação do salário-mínimo, o grande presente do governo para os operários.

No 2º governo de Getúlio, as comemorações do 1º de Maio se caracterizam pelas grandes concentrações, onde milhares de trabalhadores ouviam os dis-

ursos de Getúlio, pronunciados geralmente no Estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, e transmitidos pelas cadeias de rádio. Com um novo radicalismo verbal, ele dizia, em 1951: "uni-vos todos nos vossos sindicatos, como forças livres e organizadas. As autoridades não poderão cercear a vossa liberdade, nem usar de pressão ou de coação". Em 1952: "é preciso que vos prepareis intelectual e politicamente para a direção dos negócios públicos". Em 1954: "como cidadãos, a vossa vontade passará nas urnas. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Hoje estais com o governo. Amanhã sereis governo".

Em 1962, temos o auge do sindicalismo populista. Grandes comemorações se realizam, nas principais



capitais. Em São Paulo, juntam-se a direita católica, o Movimento Sindical Democrático (chefiado pelo atual Presidente da Federação dos Comerciantes e "representante" dos trabalhadores na Justiça do Trabalho, Antonio Magaldi), e representantes dos

partidos burgueses (como o capitalista Herbert Levy, da UDN). Do outro lado, no Cine Paramount, Conferências, Federações e Sindicatos ligados ao PUI (Pacto de Unidade Inter-sindical), representando a ala mais avançada dos dirigentes sindicais da época.



1º de maio de 1980: uma manifestação unitária em São Bernardo

Em 1981, ao contrário dos dois últimos anos, não teremos uma comemoração unificada do Primeiro de Maio, em São Paulo. As discussões preparatórias foram realizadas num clima bem diferente de 1979/80, quando o ABC em greve arrastou o movimento operário para as concentrações unitárias na Vila Euclides, apesar da tentativa dos pelegos de sabotarem ou emperream o ato, convocando, na última hora, manifestações paralelas, como ocorreu no ano passado.

Nas discussões deste ano, acabaram se defrontando duas propostas. Alguns sindicalistas, principalmente do ABC, propunham uma manifestação unitária, possivelmente no Estádio Municipal do Pacaembu. O ato deveria propagandar as reivindicações básicas do movimento sindical, uma espécie de "programa comum", cuja base seria, em grande parte, a "pauta política" da campanha salarial do ABC 81. Pretendiam que essa plataforma fosse endereçada pelo movimento sindical ao governo, com um prazo para a resposta (90 dias), exigindo principalmente medidas imediatas de garantia do emprego. A proposta era também que, durante esses 90 dias, todos os sindicatos convocassem assembleias gerais de suas categorias para preparar uma greve geral do Estado.

A proposta dos pelegos e sindicalistas conservadores era de um Primeiro de Maio na Praça da Sé, centralizando o ato na propaganda da Constituinte. Dando asas a seu radicalismo verbal, o Joaquinão declarou que era preciso discutir mais que sindicalismo, era preciso discutir a política agrária, creditícia, enfim toda a estrutura social e política do país. Numa resposta clara a S. Bernardo, afirmou que "o movimento sindical está maduro e rechaça vanguardismos em

busca de um caminho mais consciente". E aproveitou para acusar os autênticos de divisionistas...

Não resolvido o impasse, teremos a realização, em São Paulo, de várias manifestações: S. Bernardo, São Paulo, Santos, Guarulhos, Campinas, São José dos Campos, etc. Os dois mais concorridos serão, sem dúvida, o da Praça da Matriz de São Bernardo, reunindo operários de várias categorias do ABC, e o da Praça da Sé, em São Paulo, sob o comando da chamada "Unidade Sindical". Nesta última, além de sindicalistas (alguns autênticos inclusive terão direito à palavra), falarão representantes de diversas entidades, como a Ordem dos Advogados, Comitê Brasileiro pela Anistia, Movimento contra a Carestia, etc.

Essa descentralização não parece ser local, mas se repete em outros estados, como na Bahia, por exemplo, onde teremos o ato da Unidade Sindical e outro liderado principalmente pelo Sindicato dos Petroquímicos. A divisão na verdade é apenas o sinal de existência de duas maneiras de fazer sindicalismo. Por um lado, os dirigentes "responsáveis", como o Joaquinão, que radicaliza suas críticas ao regime militar mas procura, de todas as maneiras, conter o movimento operário, evitando que ele saia das saleas de diretorias sindicais. Radicalismo verbal, prática pelega. De outro lado, os autênticos, que, mesmo sem uma tática unificada e com uma concepção política bastante desigual e muitas vezes limitada, defendem uma política de enraizamento do debate dentro da massa operária, nas assembleias de fábrica e de categoria. Exatamente as duas concepções que se enfrentarão na hora de determinar como se preparará a escolha de delegados para a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), marcado para agosto deste ano...

De 68 a 78, maio a maio Governador corre

Com o golpe de 1964, e a violenta repressão que se abate sobre os trabalhadores, há uma trégua nas comemorações combativas do 1º de Maio. Em 1968, os trabalhadores - organizados no MIA, Movimento Intersindical Anti-arrasto, que reunia todas as tendências do movimento sindical do momento - e duramente pressionados pela deterioração das condições de vida, levantam novamente a bandeira do 1º de Maio.

O governador de São Paulo, Abreu Sodré, querendo se popularizar, aceita o convite dos dirigentes pelegos, capitaneados pelo Joaquim dos Santos Andrade, para participar das comemorações na Praça da Sé. Assim que Sodré inicia seu discurso, parte dos 15 mil participantes do comício começam a vaiar e logo evoluem para pedradas e pauladas no palanque, provocando a fuga do governador e dos pelegos. Depois desses aconteci-

mentos, e da greve de Osasco (julho), a repressão aumenta novamente e por dez anos os trabalhadores não poderão comemorar o seu dia.

1978: o Primeiro de Maio Operário

Os trabalhadores começam a levantar novamente a cabeça. Eleições sindicais e campanhas contra a falsificação dos cálculos de inflação do governo, agitam a classe operária, que realiza o seu Primeiro de Maio, dez anos depois. Porém, as comemorações não serão unificadas, nem mesmo em São Paulo. Em Santo André, reúnem-se 3 mil trabalhadores, convocados pelos sindicalistas autênticos e por políticos do MDB. Em Osasco, 4 mil trabalhadores participam de um ato unificado de nove oposições sindicais da Grande São Paulo. Dez dias depois desses atos, realizados ainda sob muita tensão, estouram as primeiras grandes greves.

1º de Maio Unificados "Chora Figueiredo, Figueiredo chora"

Em 1979 e 1980, no clima das grandes mobilizações operárias realizam-se os 1º de Maio Unificados, em São Bernardo do Campo, sob a liderança indiscutível dos sindicalistas autênticos e com a emoção nacional despertada pelas greves do ABC.

Em 1979, 130 mil pessoas se reúnem no Estádio da Vila Euclides, em SBC, no intervalo da greve deste ano. Neste mesmo maio é lançada a "Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores".

Novamente temos um ato unitário contra os patrões, no mesmo Estádio da Vila Euclides no 31º dia de greve em SBC. As comemorações são realizadas sob um clima de grande tensão, não apenas pela situação de greve, pela violenta repressão policial que se abatia sobre os tra-

balhadores, pelo verdadeiro cerco armado sobre a cidade, mas também pelas divergências com a Unidade Sindical que se manifestam já naquele momento.

Chegando a colaborar com a própria repressão, a Unidade Sindical começa a espalhar, no dia anterior ao ato, que este fora transferido para a Praça da Sé, tentando assim confundir os participantes. Mesmo muitos dos ônibus que ela prometera ceder para sindicatos pequenos ou bairros populares são cancelados na última hora.

Mas de nada adiantou qualquer manobra. Nem a repressão nem a divisão conseguiram vencer o espírito de luta dos trabalhadores, que explode nas ruas de São Bernardo, na voz de 150 mil pessoas que em passeata entoam: "Chora Figueiredo, Figueiredo chora. Chora Figueiredo que chegou a sua hora".

PATRÕES DERROTADOS NA VOLKS

EDITORIAL

As conclusões de uma vitória

O resultado da votação na Volkswagen está carregado de implicações de ordem sindical, econômica e política. Se trata de uma vibrante mensagem que os trabalhadores do principal centro industrial do país lançam para o conjunto da classe trabalhadora. É necessário atender esta mensagem, interpretá-la cuidadosamente e prepará-la para acudir ao seu chamado. Porque é, nem mais, nem menos, um chamado à luta contra a chantagem dos patrões e o governo.

O que primeiro revela o conturbado não é que o refluxo das lutas posteriores à greve do ano passado não expressava, de nenhuma maneira, uma derrota dos trabalhadores, nem sua desmoralização. Antes sim, o contrário. Este fato mostrou que se equivocam profundamente aqueles que medem os resultados de uma luta operária pelo que se ganha ou perde no imediato no terreno econômico ou corporativo. A negação dos trabalhadores da Volks é um resultado direto de tudo o que o movimento operário ganhou o ano passado, reconhecimento de sua capacidade de organização e luta; clara consciência de que patrões e governo atual aliados e contra os trabalhadores; experiência e consciência.

Há algo mais que os trabalhadores do ABC ganharam o ano passado e que é outra conclusão que devemos tirar da votação: **confiança em sua direção, reconhecimento de que aqueles que conduziram a luta, independente dos resultados imediatos, estavam representando os autênticos interesses dos explorados.** Isto é de uma importância decisiva, porque o principal dirigente daquela greve é hoje o presidente de um partido que afirma que a crise só será resolvida se os trabalhadores se organizarem politicamente e lutarem pelo poder. É impossível separar o Lula dirigente da grande greve metalúrgica do Lula presidente do PT. Seria uma imperdoável miopia não ver que ao votar a proposta da diretoria cassada do sindicato, os trabalhadores estavam dando crédito e apoio a essa direção que hoje se apresenta como direção política.

Há, ainda, uma terceira conclusão a tirar, de caráter mais geral: os trabalhadores da Volks marcaram o início de um caminho para enfrentar a ofensiva geral dos patrões e governo. Esta ofensiva tem três faces inseparáveis: jogar o ônus da crise econômica sobre os trabalhadores (desemprego e redução dos salários); impedir a organização sindical e política independente dos trabalhadores (destituição das direções sindicais combativas condenação de Lula e outros 10 companheiros para impedi-los de jogar legalmente o papel político que lhes corresponde); controlar a abertura de modo tal que o poder fique nas mesmas mãos que o controlam por já 17 anos.

No resultado da votação está implícito a rejeição ao conjunto do plano econômico e político do governo.

Agora se trata de colocar estas conclusões no conjunto da situação nacional. Porque, temos que ter presente que a crise econômica é real (ver pág. 15 a 17 nesta edição) e que sem a queda da ditadura e uma mudança radical de governo, só pode haver desemprego e maior repressão. Os trabalhadores da Volks, por si só, não podem ganhar a batalha. É necessário que o conjunto da classe trabalhadora seja convocada e organizada para defender o direito ao trabalho e as liberdades sindicais e políticas. A preparação da próxima reunião do CONCLAT é o lugar onde se deve discutir este problema crucial.

De outro lado, a crise não afeta somente aos operários. Os trabalhadores rurais, os trabalhadores de classe média, os estudantes, os pequenos produtores, todos estão ameaçados, juntamente com os partidos políticos que esperam a democratização e as eleições. A todos devemos convocar, e a palavra de ordem não pode ser outra que derrubar a ditadura e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, que discuta democraticamente o modo de resolver a crise.

Tudo isto, naturalmente, é uma tarefa que vai além do sindicato de São Bernardo. É uma tarefa política e deve ser encarada e encabeçada pelo instrumento político dos explorados — o Partido dos Trabalhadores.

Esta é a mensagem inequívoca dos trabalhadores da Volks.



Jesus Carlos

Apesar de o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, através da diretoria provisória (Junta Interventora) ou da diretoria cassada não terem conseguido ainda nenhum acordo com a Volkswagen, para evitar a demissão de pelo menos 5 mil trabalhadores como pretende a empresa, o resultado do plebiscito realizado nos dias 15 e 16 últimos já significa em si, uma vitória da liderança combativa dos metalúrgicos do ABC. Dos 23.735 votantes (de um total previsto de 30.800), 16.048 disseram não à proposta da empresa. Essa proposta, assinada em um protocolo de intenções com a diretoria do Sindicato, significaria para os trabalhadores da Volks uma redução na jornada de trabalho de 40 a 50 horas por mês, com uma redução média do salário de 19%. No protocolo de intenções também eram oferecidos pela empresa a estabilidade no emprego durante 90 dias ou 180 se o acordo fosse prorrogado, enquanto o Sindicato pretendia uma estabilidade de doze meses. Havia também o compromisso, por parte da indústria, de admitir preferencialmente os operários demitidos a partir de janeiro de 1981. Num total aproximado de cinco mil, caso a atual situação considerada como "crise" viesse a se inverter.

Farsa montada pela Volks

Um dia antes da votação começar a ser realizada, Domicio dos Santos Júnior, gerente de Relações Trabalhistas da empresa, havia dito claramente que a alternativa à redução da jornada com

Apesar das manobras e pressões da empresa os trabalhadores da Volks demonstraram sua disposição de luta ao derrotarem a proposta patronal de redução da jornada de trabalho e dos salários.

A chantagem dos patrões é cada vez mais evidente é já foi admitida pelo próprio diretor jurídico demissionário da empresa, Mário Garnero, que afirmou:

“As demissões podem ser evitadas mediante o sacrifício de parcelas de lucros”.

Por Vilma Amaro

redução dos salários seria a demissão.

Para completar o quadro de intensa pressão sobre os funcionários da Volks, a empresa também tinha organizado, através de sua Comissão de Representantes (fantoches da direção), um abaixo-assinado em que 22 mil trabalhadores concordavam com a redução da jornada de trabalho. Armou-se até uma comédia em que o gerente de Relações Internas da empresa, Admon Ganem, recebeu das mãos dos representantes dos funcionários o tal abaixo-assinado e num rasgo de cinismo semelhante ao do ministro Murilo Macedo anunciava ante à imprensa presente à cerimônia que a empresa iria “estudar” a sugestão.

Ora, em eleições livres e democráticas, coordenadas pela direção do Sindicato dentro da própria empresa, mais de 16 mil operários diziam não a proposta e apenas 7.265 sim. Onde estavam os 22 mil que tinham assinado o tal abaixo-assinado, favorável a redução da jornada?

Os trabalhadores, conforme admitiam, depois em conversa reservada com alguns repórteres tinham sido obrigados por pressão diarta das chefias a concordarem com o abaixo-assinado, mas durante a votação secreta mostraram a sua posição: contrária a qualquer manobra da empresa para assegurar seus lucros prejudicando os funcionários.

Mais uma vez a presença de Luis Inácio da Silva foi importante na decisão dos trabalhadores. Um dia antes, Lula e outros dirigentes sindicais foram até à portaria da empresa pedir aos tra-

Volta atrás

Conhecidos os resultados da votação (rejeição absoluta da proposta), Domicio dos Santos Júnior, gerente da empresa, anuncia que não resta outra alternativa senão as demissões. Os trabalhadores se mobilizam e surge até a palavra “greve” para evitar novas dispensas na Volks. Entra, então, em cena o ministro Murilo Macedo e pede uma tregua. Ou seja, o governo, responsabilizado pelos trabalhadores e empresários pela situação, procura contemporizar se aproveitar da combatividade demonstrada pelos trabalhadores fingindo-se de mediador. As demissões são adiadas. Na quarta-feira, dia 22, as demissões que seriam anunciadas (cerca de 700) foram suspensas. O presidente da Volks mobilizou-se para avistar-se

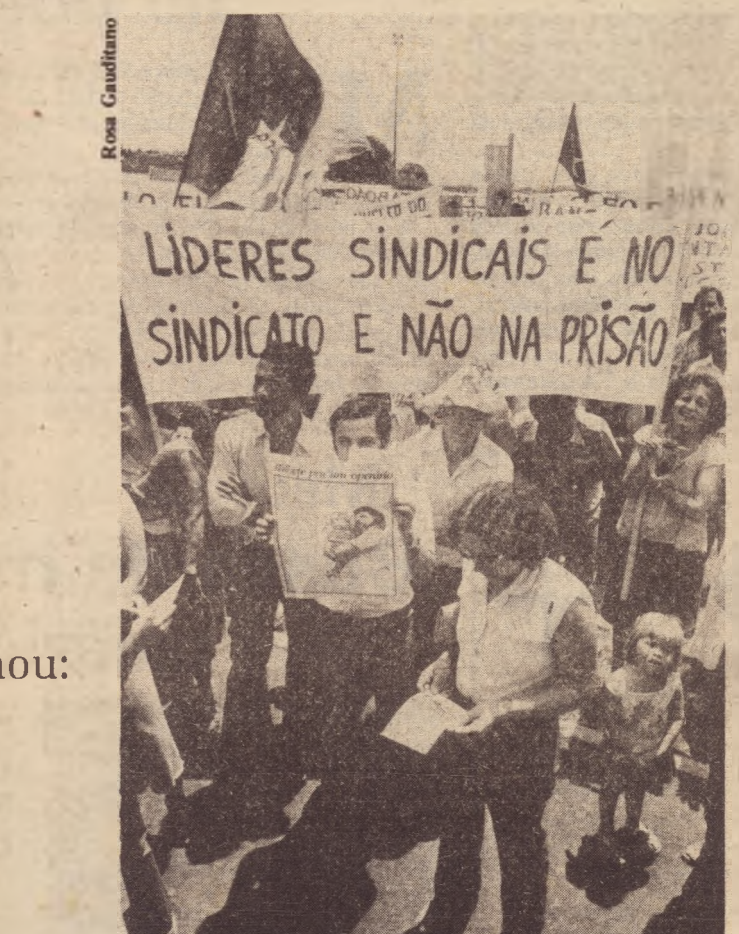
com os ministros, enquanto a pressão do lado dos trabalhadores aumentava. Foi graças a essa mobilização e à vigília constante mandada pela diretoria provisória do Sindicato e os dirigentes cassados que a empresa adia sua decisão, o que não deixa de ser uma vitória para os trabalhadores.

Enquanto isso se passava em São Bernardo, em Taubaté, cerca de 3 mil funcionários votavam pela redução da jornada (62,6%) e na fábrica que a empresa tem no Ipiranga, em SP, os trabalhadores não puderam se manifestar, pois o presidente do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade, não quis se ariscar a uma consulta e se ver abalado no seu suposto prestígio.

O impasse continua, mas o saldo em termos de perspectiva de luta pode ser considerado favorável aos trabalhadores, pois em Santo André, os metalúrgicos decidiam apoiar toda e qualquer decisão tomada em São Bernardo para evitar novas demissões.

Alternativas

Enquanto o governo insiste em que a crise é setorial e localizada, empresários de outros setores e outros estados também começam a falar em redução da jornada e demissões em massa. Ao mesmo tempo, nem todos os empresários se mostram favoráveis à redução da jornada como forma de resolver a crise, em decorrência do encalhe de mercadorias, como Paulo Francini, membro da comissão negociadora do grupo 14, bem como os economistas da FIESP, o que prenuncia uma divisão de interesses entre os setores em jogo.



Rosa Gaudiano

Essa alternativa, sugerida também por alguns trabalhadores durante a assembléia do dia 24, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de SBC, foi criticada por Lula que afirmou: “melhor que o fundo de desemprego é o próprio emprego”. Embora os dirigentes sindicais não tenham fórmulas prontas para resolver o problema da conjuntura, Lula considera que “o governo deve assumir a responsabilidade de obrigar as empresas a arcarem com o ônus da crise criada por elas mesmas”. Lula lembrou ainda que “o poder de compra do povo tem diminuído constantemente e isso se refletirá no comércio e na indústria, gerando novas demissões”.

Por outro lado, empresários se punham em posição de alerta para que o governo não concedesse novos benefícios a Volks (como o crédito-prêmio de 15 por cento, pelas exportações), afirmando que se concessões fossem feitas, outras indústrias iam querer as mesmas regalias.

Enquanto a empresa insistia nos últimos dias em que nada tinha a dizer sobre a questão das demissões, em Brasília, porta-voz do Palácio do Planalto insinuava com a ameaça de modificação da política salarial, o que poderia colocar em perigo os reajustes semestrais conquistados pelos trabalhadores.

Por outro lado, em Santo André, situação é bem mais crítica, com Junta Interventora recebendo um inusitado (aliás não tão inusitado assim, apoio dos setores ligados à Unidade). A Junta de notórios pelegos chegou a impedir a realização de uma assembléia marcada para o último domingo, 26 de abril, mantendo as portas do Sindicato fechadas, enquanto os trabalhadores tinham que se reunir na rua.

Um fato perturbador na constituição de uma chapa de oposição à Junta, um possível racha, o que faria surgir três chapas, a exemplo do que ocorreu atualmente no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (Vaniade Almeida)

20 mil desempregados no ABC

Agora a crise das montadoras está atingindo de modo mais violento as pequenas e médias empresas de auto-peças. No comércio, a crise também já chegou e os comerciantes chegaram a discutir a possibilidade de uma greve.

Não é só a Volkswagen que no ABC está enfrentando o problema de retração nas vendas, fruto de sua imprevisão quanto aos rumos do mercado. Também a GM está ameaçando os trabalhadores com demissões em massa, devido ao encalhe de mais de oito mil veículos em seus pátios. E concedeu até o dia 3 próximo, folga coletiva aos 6.500 funcionários da empresa. Caso o mercado não absorva a produção, avisou um dos assessores da indústria, as demissões fatalmente ocorrerão (cerca de mil operários já foram demitidos).

O número de demissões nos primeiros meses deste ano somente na região do ABC já chega a 20 mil, segundo dados divulgados pelos Sindicatos locais e a Delegacia Regional do Trabalho. Os mais atingidos, além do setor automobilístico, são os têxteis, químicos, indústria de artefatos de borracha e construção civil.

Em São Bernardo, somente o Sindicato dos Metalúrgicos realizou mais de cinco mil homologações nos primeiros meses deste ano. Em Santo André, no mesmo setor, foram feitas cerca de 2.500 homologações no Sindicato e em São Caetano, mais de mil. No setor químico, o número de homologações atingiu nos três primeiros meses cerca de 100 e nos primeiros dias de abril chegou a quase 400. No setor da borracha foram feitas mais de 300 demissões homologadas no Sindicato e, nos têxteis, mais de 500.

Por outro lado na DRT, mais de 10 mil homologações foram feitas nos três primeiros meses deste ano na região do ABC (aproximadamente 4.800 na delegacia regional de Santo André e quase seis mil na de São Bernardo). O mes de março manteve o recorde (com 4 mil), sendo que de janeiro para fevereiro o incremento foi de 70 por cento. Os dirigentes sindicais da região estão alarmados, pois a situação - insistem - tende a piorar.

Comércio alarmado

Claudio Rubens Pereira, presidente da Associação das Pequenas e Médias empresas, diz que o setor está preocupado. Diante da crise nas montadoras, o reflexo começa a ser sentido nos fabricantes de auto-peças. Ou seja, todo o setor que fornece para a indústria automobilística está sentindo os efeitos dos estoques nos pátios das montadoras. É o caso, também, de grande parte das empresas do setor químico que fornecem peças plásticas para a Volkswagen.

Por outro lado, o comércio também se resente da crise na Volks. Os comerciantes afirmam que essa queda em relação a igual período do ano passado chega a 40 por cento e atribuem o fato ao desemprego em massa, ao temor ao desemprego e aos salários baixos. Um grupo de comerciantes dessa rua chegou mesmo a se reunir para discutir a possibilidade de deflagração de uma greve (o comércio fecharia as portas) o que não foi levado à prática pelo temor às conseqüências políticas.

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Eleições à vista

Já estão em andamento as articulações para as próximas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Ao que parece sairão duas chapas: uma formada com elementos de base surgidos nas últimas lutas conduzidas pela diretoria cassada e outra sob a liderança de Enilson Simões, o Alemão e Osmar Mendonça, Osmarzinho.

Na assembléia realizada no último dia 24 no Sindicato dos Metalúrgicos de SBC, houve um momento de grande emoção: o presidente da Junta Interventora ou diretoria provisória como os metalúrgicos a denominam, Afonso Marteiro da Cruz, prorrogou o mandato da diretoria cassada até às próximas eleições. E anunciou a publicação do edital de convocação dessas eleições no dia 15 de maio próximo. Em meio à mobilização e vigília pelas demissões na Volks, também se articulava a formação de chapas para renovação da diretoria do Sindicato. Enquanto o atual presidente da Junta, Afonso Monteiro da Cruz, mantém-se numa posição equidistante, os rumores são de que poderia haver duas chapas: uma com elementos de base formados nas últimas lutas conduzidas pela diretoria cassada e outra formada sob a liderança de Enilson Simões, o Alemão e Osmar Mendonça, Osmarzinho. Na assembléia realizada no dia 24, Enilson não foi muito bem recebido, e os trabalhadores se manifestaram com o dito cheio, quando o representante da Hora do Povo estendia suas críticas a



Jesus Carlos

Metalúrgicos/São Paulo Campanha pega no breu

A campanha eleitoral entre os metalúrgicos de São Paulo entra agora na sua fase mais decisiva. A chapa do pelego já promoveu seu lançamento oficial, com chopp, churrasco e show musical, conseguindo reunir cerca de dois mil operários. Não deixando por menos, o deputado federal Aurélio Perez, presidente da chapa 3, apesar de providenciar o aluguel de mais de 20 ônibus (gastos acima dos 100 mil cruzeiros), chegou perto dos 350 trabalhadores. Agora, a Oposi-



ção Sindical, Chapa 2, prepara o seu lançamento, que se dará dia 8, 5, 19h, também na sede do sindicato. Os preparativos in-

cluem lançamentos regionais (como o de Santo Amaro, dia 29) e comícios nas portas de fábrica, como os que estão sendo feitos no tradicional bairro operário da Mooca.

A chapa 2 terá pela frente enormes dificuldades. Afinal, entre outras coisas, não poderá contar com a máquina sindical, como o Joaquinão, nem com os recursos dum deputado federal, como Aurélio. Dá pra imaginar como é difícil escrever, imprimir e distribuir mais de 100 mil exemplares de seu jornal.

Motoristas/São Paulo Ninguém dorme no ponto

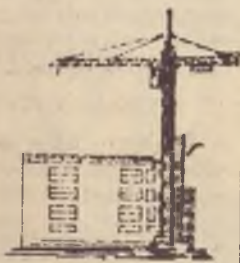
Motoristas e cobradores de ônibus vem demonstrando uma grande disposição de luta, na campanha salarial deste ano. Dezenas de reuniões já foram realizadas pelo sindicato da categoria, atingindo grande número de trabalhadores. Agora, o pessoal do volante parte para as manifestações de rua, visando sensibilizar a população e pressionar os patrões.

Eles reivindicam 15% de reajuste, além do INPC (46,2%), além de 29 outros itens. Já faz um mês que a pauta foi entregue aos empresários, mas até agora nem sombra de resposta.

Além disso, os empregados das empresas particulares querem a estatização dessas firmas. Desejam ainda a equiparação salarial com os motoristas da CMTC, que chegam a ganhar até Cr\$ 50 a mais por hora de trabalho. Com a aproximação do 1º de maio, data base da categoria, a campanha está pegando fogo e a expectativa aumenta.

BOLETIM DA

OPOSIÇÃO SINDICAL



CONSTRUÇÃO CIVIL DE SÃO PAULO E OSASCO

A Oposição Sindical da construção civil de São Paulo lançou agora em abril o primeiro número de seu boletim, procurando uma intervenção mais dinâmica na campanha salarial, ainda em fase de negociações. Pela situação do sindicato e pela proximidade das eleições, tudo indica que a oposição prepara também sua participação na disputa, tentando arrancar do imobilismo uma categoria das mais numerosas e exploradas do sul-maravilha.

Metalúrgicos/Porto Alegre

Campanha salarial medíocre

Terminou melancolicamente, no último dia 24, a campanha salarial dos metalúrgicos de Porto Alegre, depois de 2 meses de negociações. O acordo assinado estabelece produtividade de 6% para os trabalhadores que recebem entre um e três salários mínimos, 5% para a faixa entre tres

e dez salários e 3% para salários acima dessa faixa. Além disso, o piso salarial é de Cr\$ 11.520. A comissão de salários, que acompanhou a diretoria nas negociações terá estabilidade.

O acordo não é dos piores, principalmente se levarmos em conta a campanha pouco expres-

siva que a diretoria do sindicato levou junto à categoria, conseguindo a façanha de realizar assembleias de 500 operários em média, nada comparáveis aos 4 ou 5 mil dos anos anteriores. Somese ao peleguismo, a ameaça do desemprego e à fraqueza da oposição sindical.

Médicos/assalariados Busca de melhores salários



As espalhafatosas ameaças do governo não foram capazes de evitar a paralização nacional dos médicos. Segundo os organizadores do movimento em São Paulo — Associação Paulista de Medicina — a paralização atingiu 80% da categoria, 25 mil profissionais. No Rio a greve se iniciou na terça-feira e se prolongará por mais seis dias, sendo que no primeiro dia contou com a participação de 20 mil médicos. Nos demais estados, ao que tudo indica, a paralização foi um sucesso.

A proletarização dos médicos é um processo irreversível. Só o Estado mantém hoje 90 mil assalariados em todo o País, em precárias condições de trabalho e salários bastante rebaixados. Nestas condições as principais reivindicações da categoria são: piso salarial de 10 salários mínimos, reajuste trimestral, 13º salário, adicional de trabalho noturno, 12 consultas para uma jornada de 4 horas de trabalho, revogação da jornada de 6 horas, gratificação por insalubridade, gratificação de nível superior e escala de referências, etc.

De fato, as ameaças do ministro da Previdência Social, Jair Soares, não se concretizaram. A maior repressão ao movimento está se verificando com os médicos assalariados de sindicatos pelegos. No Sindicato dos Comerciários já ocorreu uma demissão e no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo 88 médicos não suspenderam suas atividades com receio de serem demitidos pelo Joaquinão.

Leia e assine

EM TEMPO



À Editora Aparte S.A.
Rua Francisco Leitão, 57
Pinheiros - SP.
CEP: 05414
Fone: 852-8880

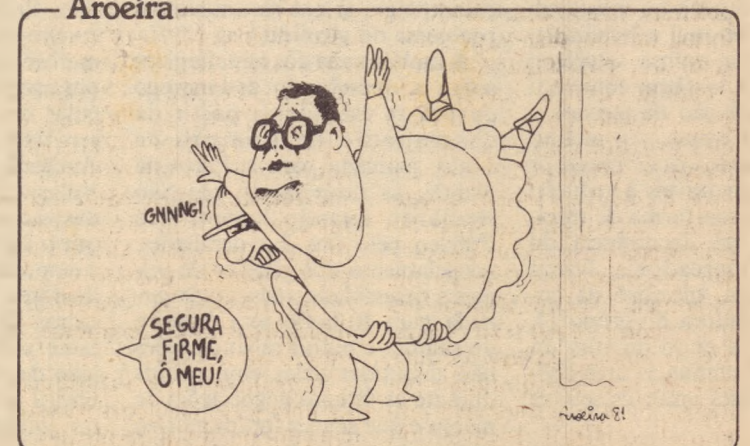
Estou enviando o cheque por uma assinatura anual
Comum: Cr\$ 800,00 () Exterior: US\$ 50,00 ()

Nome:

Endereço: Bairro:

Cidade: Estado: CEP:

Aroeira



É preciso começar por dizer que a trajetória política e intelectual de Antonio Gramsci não é um caminho fácil e linear. Oriundo de uma família pobre, ele e seus outros seis irmãos foram obrigados a começar a trabalhar cedo, premidos por grande dificuldades e sacrifícios.

Nascido a 22 de janeiro de 1891, natural de Sardenha, atrasada e pobre região da Itália, Gramsci terá que enfrentar grandes dificuldades para completar seus estudos.

É um homem do seu tempo ocupado pelas grandes questões que atravessam a Europa e a Itália nas duas primeiras décadas do século, marcado pela revolução formal dos futuristas, pela guerra mundial, pela revolução russa, por Lênin, pela onda revolucionária que varre o mundo.

Sua adesão definitiva ao marxismo vem com a revolução russa.

Militante político dedicado, a vida de Gramsci será marcada por um permanente compromisso com a revolução. Será um dos fundadores do Partido Comunista Italiano em 1921, deputado eleito em 1924, delegado ao IV Congresso da III Internacional, combatente destemido contra o fascismo. Preso em 1926, condenado a 20 anos, 4 meses e cinco dias de prisão. Gramsci morrerá tuberculoso e de derrame cerebral, em 27 de abril de 1937, uma semana após deixar o cárcere.

Mesmo preso, privado de informações, com acesso limitado a livros, a documentos políticos, sua militância não se interrompeu. Suas cartas, seus cadernos do cárcere são documentos grandiosos da capacidade dos homens de se manterem íntegros, dignos e combativos, mesmo sob as mais terríveis condições.

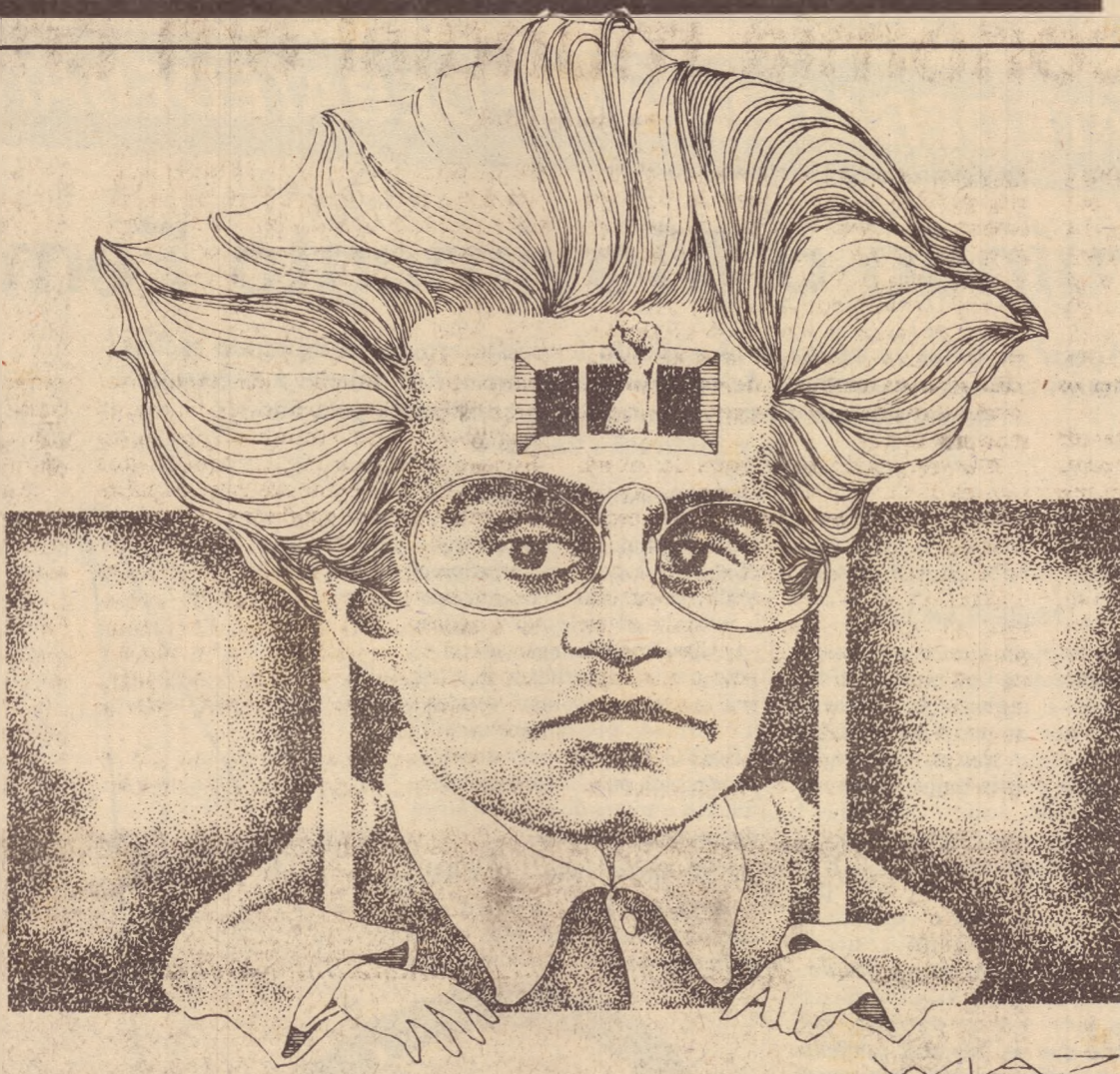
Além das *Cartas do Cárcere*, existem publicados em português os seguintes livros de Gramsci: *Literatura e Vida Nacional*; *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*; *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*; *Concepção Dialética da História*.

Modismo: o novo martírio

Hoje Gramsci virou moda, virou tema de teses acadêmicas, de interpretações, virou pai de correntes políticas, e começou assim o outro martírio de Gramsci.

A sua obra se espalha. Traduções, teses, discussões, interpretações, elogios. Gramsci no centro do pensamento acadêmico. Surgem as descobertas: Gramsci é um antídoto contra a ortodoxia leninista. Gramsci como o símbolo do pensamento ocidental que se contrapõe aos toscos asiáticos, eslavos incapazes de fugir à tirania secular de suas instituições políticas. Gramsci como o teórico do parlamentarismo, das "frentes" de classe, da transição pacífica, do "entrismo" nos aparelhos de Estado, etc.

Domesticou-se, pasteurizou-se, amesquinhou-se o pensamento de Gramsci. O que de real existe por detrás desse cipal de equívocos e confusão, de oportunismo e charlatanismo?



Os dois martírios de Antônio Gramsci

Por João Antônio de Paula

É certo que muitos desses problemas se devem à forma incompleta, quase de notas esparsas em que Gramsci foi obrigado a escrever. Por outro lado, o pensamento de Gramsci manteve-se ambíguo, reticente, contraditório sobre uma série de questões fundamentais, tais como: a questão do internacionalismo e do socialismo num só país; o combate intransigente ao burocratismo. Mas de modo algum tais ambiguidades, titubeios, significaram capitulação diante do stalinismo. É bom lembrar sua crítica ao esquerdismo da linha adotada por Stálin a partir de 1928, suas críticas à guinada direitista de Stálin em 1934 com a política de "frente popular", mostrando um Gramsci lúcido, apesar de preso, isolado no movimento, de seus companheiros, de informações.

A grande característica do pensamento de Gramsci, sua contribuição é o seu permanente esforço de luta contra o economicismo. Sua absoluta determinação em examinar as especificidades dos processos políticos nacionais, sua recusa em aceitar dogmatizar o marxismo, tomar a realidade como tábula rasa em que se inscreve uma receita, um esquema.

Preocupado com as questões culturais, preocupado com as características nacionais de cada processo revolucionário, Gramsci dedicará o melhor de seu esforço no entendimento das características particulares da revolução no Oriente (Rússia) e no Ocidente.

Trabalhando com uma analogia da estratégia militar, Gramsci diz que nas sociedades asiáticas, por seu caráter despótico, pelo peso da tradição, dos costumes seculares, pela inexistência de instrumentos de legitimação ideológica, porque rarefeita a sociedade civil, se coloca a "guerra de movimento", ou seja, o assalto direto ao poder, a insurreição aberta, dirigida pelo partido revolucionário.

Por outro lado, no ocidente, pela complexidade da sociedade civil, pela existência de um sem número de aparelhos de dominação, de legitimação (escola, imprensa, partidos, sindicatos, indústria cultural, etc) e estratégia da revolução terá que seguir um outro caminho, aquele da "guerra de posição". Uma estratégia de acercamento do inimigo, de entrincheiramento, um processo de luta em várias frentes, de ataques diversificados, em que cada conquista do terreno tem que ser consolidada, cercado o inimigo, minando suas alternativas de fuga, terminando por conquistar todo o território, esmagando-o.

Hegemonia e ditadura do proletariado

Para designar esse processo, Gramsci usa a expressão **hegemonia do proletariado**.

A primeira confusão sobre a idéia de hegemonia surge quando tentam mostrá-la como uma negação da idéia de **ditadura do proletariado**. Nada mais falso. O próprio Gramsci insistiu mais de

uma vez que uma das mais decisivas contribuições de Lenin foi justamente a idéia de ditadura do proletariado. Gramsci não negou a ditadura do proletariado senão que chamou a atenção para a situação específica das sociedades ocidentais. Só colocou a questão de como desenvolver o esforço revolucionário em sociedades politicamente complexas, com estabilidade econômica, ou seja, como lutar pelo socialismo, pela destruição do Estado burguês e do patronato em sociedades que parecem inabaláveis, sólidas, seguras.

Nestas sociedades, o processo de tomada do poder terá que se dar sob a direção do partido revolucionário, a partir de uma luta incessante em todos os níveis da sociedade civil, da sociedade política, buscando demonstrar a superioridade do socialismo, buscando formar os intelectuais orgânicos do proletariado (os dirigentes sindicais, as lideranças de base, os professores etc, comprometidos com a revolução).

Isto é a luta pela hegemonia: construir em todas as partes, em todos os momentos, a dominação do proletariado, demonstrar a toda a massa que o socialismo é a única garantia do pleno desenvolvimento da sociedade humana, que o socialismo é o grande herdeiro do que de melhor a humanidade produziu até hoje.

A contribuição de Gramsci é sobretudo um alerta contra a estreiteza economicista, contra o esquematismo das receitas, contra o burocratismo. Como igno-

rar as especificidades de cada país, as características de cada povo, seus costumes, tradições, religião, formação política, sua história? Como desconsiderar os aspectos propriamente político-ideológicos em sociedades em que cada vez mais as relações sociais são mediatizadas por complexas estruturas de informação (tv, imprensa, rádio), formação (escolas etc), participação (partidos, organismos de base, sindicatos etc)?

Gramsci responde: é preciso lutar em todos os níveis, ao nível da fábrica com a construção dos conselhos de fábrica, organismos de forma soviética que traduziriam ao nível da fábrica a hegemonia operária. Lutar por uma cultura nacional-popular sem que isso signifique nacionalismo xenófobo ou populismo. Trata-se de resgatar a identidade cultural de um povo, ligar os intelectuais ao povo, democratizar a cultura, significa construir uma cultura que efetivamente assuma a perspectiva popular, independente da forma, do tema, do gênero em que ela se expresse.

A luta pela hegemonia é a luta pela ditadura do proletariado. Não há incompatibilidade entre as duas idéias. Gramsci não renega o leninismo, é crucial para o pensamento de Gramsci o partido revolucionário leninista, sua insubstituível presença.

Gramsci vivo, apesar de tudo

A propósito de Gramsci é indispensável lembrar uma velha piada que diz o seguinte: com muitos dos adeptos e seguidores que possui, Gramsci não precisa de inimigos. Essa formulação apesar de jocosa não deve ser subestimada. Trata-se de um mal que ameaça algumas das mais importantes figuras do marxismo.

Hoje é comum vermos malcozidas concepções social-democratas espontaneístas falarem do luxemburgismo como sua fonte de inspiração. Vemos a todo momento assaltos ao legado trotskista por bandos sectários e contra-revolucionários. Vemos, não sem espanto, o mais grosseiro stalinista reclamar-se do leninismo, enquanto encaminham uma política de colaboração de classes e atacam de forma vergonhosa legítimas expressões do movimento de massas.

São todos estes casos expressões da incompreensão de que o marxismo é uma ciência, é uma concepção de mundo, da história, mas, sobretudo, é um compromisso com a revolução, instrumento da luta de classes, da tomada do poder pelo proletariado, da construção do socialismo. O marxismo é método, é prática. É enfrentar e resolver as questões concretas colocadas pelos movimentos, pela realidade social. Nesse sentido, o marxismo é vida, se renova, se refaz a cada nova questão colocada.

Gramsci é um dos homens que realizaram o marxismo nessa sua dimensão de renovação, de método que busca compreender o novo, decifrá-lo, atuar sobre ele. Gramsci é uma das mais fortes inteligências, um dos mais dedicados e exemplares combatentes da classe operária, do socialismo.

Economia mundial em crise

Por Marcelo Zugadi

No conflito atual entre operários e patrões da Volks brasileira, está representado de algum modo a situação econômica que atravessa atualmente o mundo capitalista e os eixos de um confronto social que parte da impossibilidade, para o capital, não só de garantir o progresso e o bem-estar da população, mas sequer de manter os níveis já alcançados.

É verdade que a Volks, ao tratar de reduzir a jornada de trabalho de seus operários, deixa de lado o fato de que, nos momentos de abundância, jamais distribuiu os lucros como agora pretende fazer com os prejuízos. Mas não é menos certo que a crise que a atinge é tão real e contundente como a afirmação do ministro Delfim Neto: "A produção automobilística terá que se ajustar para baixo, concordemos ou não, haja o que houver".

Na inequívoca ameaça do ministro, "haja o que houver", reflete-se ademais a linha de conduta que dirige os passos da

burguesia em escala internacional. Ela está decidida a jogar o peso da crise nos ombros dos trabalhadores; 23 milhões de desempregados nos países altamente desenvolvidos testemunham isso. E a corrida armamentista, as bravatas dos donos do poder do bastião do imperialismo, a crescente ameaça de uma conflagração atômica mundial, demonstram até onde estão dispostos a chegar na defesa de seus privilégios.

Por outro lado, na resposta dos operários da Volks expressa-se fielmente a posição e a vontade dos explorados em escala mundial: apesar dos golpes recebidos, da falta de uma direção decidida que convoque as suas forças para resolver o mal pela raiz, ou seja, derrubando o sistema que produz essas calamidades, a classe operária internacional não sofreu nenhuma derrota decisiva, e resiste a investida do monstro moribundo.

Nestas páginas, mostraremos o aspecto econômico da crise que assola o planeta.

No próximo número, EM TEMPO dedicará a sua seção internacional para mostrar a expressão política da crise e analisar os principais focos de tensão no mundo.

A crise econômica não se reduz todavia à recessão nos países imperialistas. Pelo contrário, dando uma nova prova da unidade do mercado mundial, não só os países do "3º Mundo", mas também os próprios Estados Operários são vítimas do flagelo. É o que reconhece o próprio Brejnev ao declarar que: "devido aos amplos vínculos existentes entre os países capitalistas e os socialistas, o impacto negativo da atual crise ocidental também se sentiu no mundo socialista". É claro que o chefe da burocracia soviética não extrai daí a confirmação da teoria econômica marxista e a necessidade da revolução mundial, mas sim a necessidade de ajudar, por quaisquer meios, o imperialismo a resolver a crise.

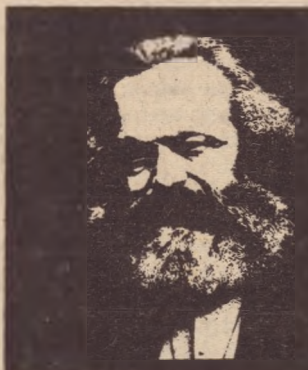
As vítimas sofridas, sem dúvida, são as massas mais exploradas dos países subde-

envolvidos. À crise crônica desses países, soma-se agora a camisa de força violenta da recessão nos centros capitalistas. Uma manifestação imediata dessa recessão é a queda internacional dos preços das matérias-primas, que é o que exportam esses países. E o capital financeiro internacional usa seu peso político para que as semicolonias contribuam para amortecer a crise imperialista, ainda que daí resulte um agravamento desesperador da situação nas nações oprimidas.

A tendência decrescente da taxa de lucro e a crise cíclica de superprodução, as duas leis assinaladas por Marx como a corda que inexoravelmente enforcará o capitalismo mundial, vencem todas as bravatas dos burgueses e reformistas que pretendem negar que o capitalismo tenha já sido superado, e que se trata agora de suprimi-lo e superá-lo, ou ser vítima de sua barbárie: a desocupação de dezenas de milhões, a hecatombe atômica, que ameaça toda a humanidade.

Recessão nos países imperialistas

O capitalismo internacional tenta fazer com que os trabalhadores paguem o preço da crise.



"Cada capitalista sabe que seus próprios operários não se relacionam com ele como consumidores... e portanto trata de reduzir, na medida do possível, seu consumo, isto é, sua capacidade de intercâmbio, seus salários. Naturalmente deseja que os operários dos demais capitalistas sejam o mais possível os consumidores de suas próprias mercadorias. Porém, a relação de cada capitalista com seus próprios operários é a relação geral do capital com respeito ao trabalho, a relação fundamental".
(Karl Marx, Grundrisse)

Contrariando uma vez mais os prognósticos dos economistas burgueses, os países capitalistas avançados caíram, em torno ao terceiro trimestre de 1980, em uma nova recessão. Trata-se da terceira queda global da produção capitalista mundial desde a guerra (a primeira foi em 1970/71, e a segunda em 1974/75), e seus efeitos são maiores do que os da recessão vivida em 1974/75. A recada cíclica, fruto da impossibilidade de realização da mais-valia (crise clássica de superprodução) se combina com a diminuição da taxa de crescimento que vem marcando o desenvolvimento econômico desde 1970. Em fins de 1980, a capacidade industrial excedente alcançava 25%; na indústria automotriz, a mais afetada, esta porcentagem chegava a 30%.

A crise atual dos países imperialistas mostra vários elementos que aumentam significativamente sua gravidade em comparação com a de 1974/75:

a) Os principais países semi-industrializados (Índia, Argentina, Brasil, Coreia do Sul, etc), acompanham a queda da produção dos países centrais e, tendo acumulado dívidas enormes nos últimos anos, mostram-se incapazes de compensar a indústria imperialista através de compras de bens de capital, como fizeram em boa medida na recessão anterior;

b) Os Estados Operários, que viram também aumentadas perigosamente suas dívidas externas, não representam tampouco um paliativo possível, como foram em 74/75, para amortecer a recessão atual;

c) Durante a recessão de 70/71, as estatísticas anunciavam dez milhões de desempregados nos países imperialistas. No curso da crise de 1974/75, esta soma alcançou 16,5 milhões. Atualmente calcula-se que naqueles países há em torno de 23 milhões de desempregados;

d) apesar dos esforços para restringir os orçamentos e combater a inflação por diversos meios, (todos em detrimento do nível de vida das massas), esta aumentou, e tende a continuar crescendo, em relação com a média de 10% registrada durante a recessão anterior. A raiz desta inflação está na corrida armamentista e no crescimento da dívida pública e privada;

e) como produto da alta dos preços de petróleo, o déficit do balanço de pagamentos dos países imperialistas que foi de 11 bilhões de dólares em 1979 passou a 50 bilhões em 1980, o que implica um desequilíbrio muito superior ao conhecido em 1973;

f) a dificuldade para reciclar a enorme massa de petrodólares dos países membros da OPEP levou seus proprietários a colocá-los no único sistema creditício que não está rigidamente controlado, o de eurodivisas. Ali, os petrodólares são colocados a curto prazo em bancos que por sua vez concedem com eles empréstimos de longo prazo. A extrema fragilidade criada por esta situação se agrava pela crise de vários países semi-coloniais que se

Taxa de desemprego

País	Média anual 1975	1979 (mes)	1980 (mes)
Estados Unidos	8,4%	5,8% (novembro)	7,6% (outubro)
Japão	1,9%	2,2% (outubro)	2,0% (setembro)
RFA	4,1%	3,5% (novembro)	4,2% (novembro)
Grã Bretanha	3,6%	5,6% (dezembro)	8,3% (setembro)
França	3,8%	5,8% (novembro)	6,8% (setembro)
Itália	5,9%	8,7% (outubro)	8,2% (setembro)
Países baixos	4,7%	5,0% (novembro)	6,5% (outubro)
Bélgica	4,5%	7,3% (outubro)	10,5% (setembro)
Dinamarca	6,0%	—	9,0% (setembro)
Suécia	1,6%	1,8% (novembro)	2,1% (setembro)
Austrália	5,0%	5,4% (novembro)	6,1% (setembro)
Canadá	7,2%	7,3% (novembro)	7,6% (outubro)

Fonte: The Economist, 22/11/1980

Produção industrial em 1980

País	média trimestral sobre o trimestre anterior	último mês comparado com o mesmo mês do ano anterior (1979)
Austrália	-4%	-1% (agosto)
Canadá	-17%	-5,5% (julho)
França	-3%	-3,5%
R.F.A.	-7%	0% (agosto)
Países Baixos	-9%	-2% (agosto)
Itália	-26,5%	-5% (agosto)
Japão	-8,5%	-1% (agosto)
Suécia	-22,5%	-5,5% (julho)
Estados Unidos	-9%	-7,5% (setembro)
Grã Bretanha	-7,5%	-8% (agosto)

Fonte: The Economist, 22/11/1980

vêm impossibilitados de pagar suas dívidas e ameaçam detonar uma quebra em cadeia que fulminaria com o sistema financeiro internacional. Não é exagerado comparar a precariedade deste estado de coisas com o que precedeu ao crack de 1929, só que todos os demais termos econômicos e políticos da crise são incomparavelmente mais graves.

A ofensiva patronal contra o nível de vida das massas, somada aos fatores mencionados acima, configuram um quadro impossível de ser revertido rapidamente em direção a um novo período de expansão capitalista. Ainda descontando a eventualidade de um crack internacional, a perspectiva mais favorável seria a de um prolongamento estancamento após a recessão que ainda não acabou.



Economia Mundial em Crise

O lugar do terceiro mundo

Os países do 3º Mundo caminham para uma crescente insolvência, com suas dívidas aumentadas a taxas geométricas. Somente os exportadores de petróleo, com pequena população, é que têm uma estabilidade mais garantida. Esta é a dura realidade para a qual o 3º Mundo caminha.

Por Roberto Grun

Embora o chamado Terceiro Mundo seja uma abstração de inúmeras situações nacionais particulares, uma coisa pode dar um panorama de conjunto: a situação financeira dos países não desenvolvidos. Com a úmida excessão dos países da OPEP, ainda assim só dos fracamente povoados (Emirados Árabes, Arábia Saudita...) a situação de calamidade financeira, em relação as necessidades de pagamento de seus encargos com os emprestadores dos Estados Unidos e Europa Ocidental, é generalizada. Diferenças existem, mas não qualitativas. Assim os três maiores devedores da América Latina são o Brasil, importador de petróleo, a Argentina, auto-suficiente, e o México, tradicional exportador.

De uma maneira geral, os países do 3º Mundo chegaram a esta situação (ver gráfico) a partir de políticas de industrialização fomentadas depois do fim da Segunda Guerra Mundial, correspondendo a um movimento de capital nos países centrais que alçava para o primeiro posto em suas exportações a venda de equipamentos industriais, responsáveis atualmente (apenas considerando a demanda suplementar gerada pelos pedidos do mundo subdesenvolvido) por três milhões de empregos nos países centrais. O reverso da medalha foi que os orçamentos dos países que queriam se industrializar foi sendo progressivamente canalizado para as obras de apoio infraestrutural à industrialização, sofrendo com isso os setores tradicionais da agricultura.

Déficit de 800 bilhões de dólares

Enquanto as distorções não ameaçavam mais diretamente o pagamento das exportações, a coisa não era muito comentada. Mas agora, com a crise generalizada nas economias centrais, com os reflexos óbvios de dificuldades de venda dos produtos exportados pelo 3º Mundo, a situação está prestes a se tornar insustentável. Em seu discurso de despedida da Presidência do Banco Mundial, em setembro do ano passado, o ex-secretário da defesa dos EUA, Robert MacNamara, figura portanto insuspeita de "radicalismo", declarou: "... Esta ocasião traz-me grandes responsabilidades e assim hoje eu me proponho a ser franco e direto... Durante os últimos 18 meses a conjuntura internacional deteriorou-se consideravelmente, penalizando os países em vias de desenvolvimento: "Entre 1974 e 1979, os bancos comerciais ampliaram os seus empréstimos aos países importadores de petróleo em vias de desenvolvimento de 33 bilhões de dólares para 133 bilhões. Mas a relação entre o seu capital e seus créditos com riscos deteriorou-se bastante e podemos dizer que em certos casos já estão bastante expostos".

Fora isso, Mac Namara declarou que os empréstimos que podem ser consegui-



dos agora são muito menores e mais caros do que anteriormente: os fundos de ajuda que relativizavam o buraco estão sendo diminuídos em todos os países, o que o escalonamento das dívidas pede a volta dos capitais, justamente nessa época em que as exportações dos países do terceiro mundo encontram maiores dificuldades de serem colocadas nos mercados centrais, em crise e aplicando políticas restritivas, principalmente contra os manufaturados, os quais estavam sendo gerados pelos investimentos contratados, e que geravam a maior parte das dívidas.

Nesse ponto as previsões macroeconômicas do Banco Mundial não deixam dúvidas. As exportações do Terceiro Mundo, otimistamente, crescerão 5% ao ano até 1986, e no mesmo período o serviço das dívidas crescerá 16% ao ano; assim, em 1986, teremos um déficit de 800 bilhões de dólares na balança comercial do 3º Mundo. Está na cara que o buraco vai crescer profundamente, pois a confirmarem-se esses dados, em 1986 teremos um terço das receitas de exportação de

todo o 3º Mundo destinadas a pagamento das dívidas.

As condições para a contratação de novos empréstimos pioram bastante. 70% dos empréstimos, concedidos ao 3º Mundo em 1980, estavam destinados fundamentalmente ao pagamento de dívidas. Com a crescente insolvência dos devedores, aumentam as taxas de risco. Além disso, a própria taxa de juros interna sobe vertiginosamente nos EUA, chegando a mais de vinte por cento, quase quatro vezes mais da que prevalecia na década passada.

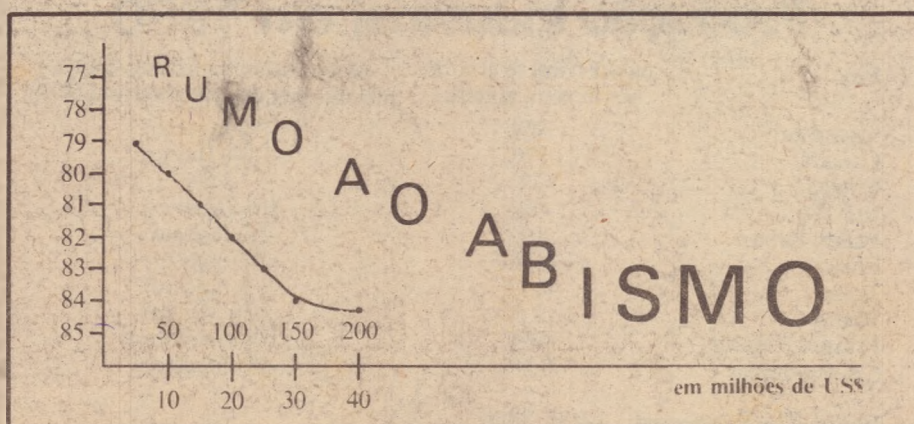
Rumo ao abismo

Politicamente a situação repercute diminuindo as margens de manobra dos Estados com direções pequeno-burguesas (como Angola, Madagascar, Moçambique, Kinshasa...), que se caracterizavam por uma política nacional de estatizações crescentes e com uma retórica externa bastante nacionalista. Sem romper definitivamente com a cadeia de interesses do imperialismo, como fez Cuba e está a prestes a fazer a Nicarágua, estes Estados tornam-se obrigados a fazer importantes concessões ao imperialismo, como a cessão da exploração petrolífera de Angola à Gulf Oil. Os países mais identificados com o capitalismo "explícito", ao recorrerem ao FMI, que impõe condições cada vez mais draconianas, acabam gerando convulsões sociais que chegam a preocupar seriamente os próprios imperialistas. As margens de manobra das burguesias autóctones diminuem cada vez mais, com os Estados oferecendo favores desmesurados ao capital imperialista. Setores marcadamente nacionalizados, reservas de mercado, projetos que se constituíam em "afirmação da vontade nacional"; tudo vai por água abaixo na tentativa de se captar mais recursos. Talvez o caso mais avançado dessa profunda inserção do imperialismo na economia nacional seja, hoje, a Argentina que, aplicando toda a ortodoxia recomendada pelo FMI, está caminhando rapidamente rumo ao abismo "transferindo para investimentos partes da renda nacional tradicionalmente empregadas em consumo social".

Evidentemente, esta fraseologia do FMI esconde uma política de enorme reconcentração de renda, em prejuízo dos setores assalariados, além de ser uma política comprovadamente ineficiente do próprio ponto de vista da burguesia.

Assim, de um modo geral, a crise econômica vai repercutir em todo o mundo não desenvolvido, e trará importantes realinhamentos políticos, sendo sempre saídas burguesas à crise. Em Estados desprovidos completamente de canais para a audiência do ponto de vista das classes exploradas, o leitor atento já pode adivinhar quem vai pagar a conta. Em edição futura, serão discutidos os aspectos políticos da crise com mais detalhes.

Panorama Financeiro do 3º Mundo



A evolução recente dos termos de técnico troca entre o Ocidente desenvolvido e o III Mundo deteriorou-se profundamente nas cartas dos países em desenvolvimento.

AMÉRICA LATINA

CHILE:

Greve mineira e complicações políticas

A greve da mina de cobre de El Teniente, iniciada em 21 de abril, continuará, segundo declarações de seus dirigentes: "até as últimas consequências".

Rosendo Valencia, representante dos mineiros em greve, declarou que "seremos capazes de suportar um conflito até por mais 100 dias. Somos homens duros e de luta e não deixaremos que passem por cima de nossos direitos". Enquanto isso, Pinochet anunciava que "os operários são homens de armas" num discurso em que fazia menção a um eventual conflito armado com a Argentina, relacionado com a questão do canal de Beagle. Ao mesmo tempo, o cardeal Silva Enriquez, arcebispo de Santiago, declarou que "a violência gera violência", acrescentando que "o governo militar e a estrutura social que está criando, são quem realmente preparam o advento do comunismo".

BOLÍVIA

A dança do golpe

No momento em que recrudesciam os rumores de golpe de Estado iminente e o governo do general Meza perdia seus últimos apoios políticos e militares, o Vaticano anunciava que reatava relações diplomáticas com o governo dos traficantes de cocaína. O reconhecimento por parte da Igreja Católica abre a porta para que o Governo dos Estados Unidos, que nove meses depois do golpe militar, ainda não reconheceu o governo, reinicie seu relacionamento diplomático com a Bolívia.

Enquanto isso, o chefe do Estado Maior do Exército argentino viajou para LaPaz, numa prova a mais da atenta ingerência da ditadura argentina nos assuntos internos da Bolívia. Uma fonte argentina assinalava que o general Vaquero, em concordância com o governo dos Estados Unidos, estava preparando a substituição do general Meza para antes do mês de julho.

Economia Mundial em Crise



Os países do "Bloco Socialista" envolvidos

Os países do "Bloco Socialista" não sofreram os mesmos efeitos da recessão econômica internacional em virtude da natureza não capitalista de suas economias. Mas por estarem em grande integração econômica com o Capitalismo eles não puderam escapar aos efeitos da crise mundial.

Por Wagner Cardoso

A recessão econômica internacional que se abateu sobre os países capitalistas, durante os anos 1974-75, não teve os mesmos efeitos no "bloco socialista".

Em virtude da natureza não capitalista de suas economias — planificação centralizada, economia estatizada e controle do comércio exterior —, países como a URSS, a República Democrática Alemã, a Tchecoslováquia, a Hungria e a Polônia, não sofreram os mesmos problemas do mundo capitalista.

Mas por possuírem vínculos estreitos com o mercado mundial, eles não puderam escapar aos efeitos da depressão capitalista. Isto porque, tais países possuem uma dupla característica estrutural: são economias onde o capitalismo foi abolido, onde as leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista (sobretudo o da inevitabilidade de crises periódicas de superprodução) não mais se aplicam. Mas, ao mesmo tempo, são países onde inexistente o modo de produção socialista, onde o socialismo está longe de ser instaurado e que, em consequência, continuam a se submeter, mesmo que parcialmente, aos efeitos de todas as grandes perturbações da economia capitalista internacional.

Integração com os países capitalistas

No início dos anos 70, a burocracia dirigente da maior parte dos países do Leste Europeu resolveu instaurar um "novo modelo de crescimento econômico", o que se traduziria pela crescente "integração" dessas economias à divisão internacional do trabalho capitalista.

Esse modelo está fundamentado em torno de dois pressupostos: primeiro, que um volume crescente de mercadorias "socialistas" — bens de consumo — exportadas, iria permitir a compra de um número importante de máquinas, de bens de equipamentos e bens de consumo "s sofisticados", junto aos países imperialistas. Em segundo lugar, estava fundado também sobre a hipótese de que uma estabilidade relativa subsistiria no sistema monetário internacional, à exemplo da taxa de inflação moderada, que marcou a evolução dos preços nos anos 50 e 60. E como se viu, esses pressupostos não se verificaram. Logo, o surgimento também de uma crise econômica particular nos países do COMECON (Mercado Comum "socialista"), diferente da recessão, mas em estreita relação: baixa da taxa da produção industrial, aumento das tensões inflacionistas, deterioração da relação dos termos de troca, impossibilidade de continuar a política de elevação do nível de vida (verificada entre 1971-75 e fazendo parte do Plano para 1976-80) e modificação da estrutura do consumo de massa. E com isso quem mais sofreu, além da população, foi o Balanço de Pagamentos, que começou a acumular déficits assombrosos, cobertos através de um progressivo endividamento com o Ocidente.

Para cobrir parte desses déficits, os países do COMECON, passaram a alimentar seu intercâmbio comercial com os países sub-desenvolvidos, do chamado

Terceiro Mundo, através de superávits comerciais. Assim sendo, os países do Leste importam tecnologia ocidental e para pagá-las, exportam matérias primas e combustíveis (2/3 das exportações) e produtos manufaturados.

Dessa maneira, eles passam a ocupar uma posição intermediária na divisão internacional do trabalho: possuem um esquema de intercâmbio semelhante ao que lhes é imposto pelos países capitalistas.

Crise no seio do Comecon

Dentro da "divisão socialista do trabalho", como menciona o Conselho de Ajuda Econômica Mútua, ou COMECON, e considerando-se as debilidades crônicas da economia soviética — baixa produtividade, atraso tecnológico nos setores mais importantes, e um desperdício generalizado — o Kremlin estabeleceu algumas normas. Por exemplo, os planos quinquenais dos países "irmãos" são esta-

belecidos em comum acordo com os de Moscou; assim como, esses países produzem em grande parte "produtos complementares" para suprir o mercado soviético!

O sistema utilizado para a troca de petróleo e derivados também se generalizou. Os países do Leste participam na construção de oleodutos sob várias formas: sessão de equipamentos, de materiais, de bens de consumo, envio de mão-de-obra, créditos, etc. E cada país, "proporcionalmente à ajuda", receberá uma parte dos produtos fornecidos pela unidade industrial. Mas o mais importante é que a maioria destas indústrias encontra-se em solo russo...

A URSS utiliza enfim, o quadro do COMECON, como um mercado, um desagudouro para suas matérias primas e cada vez mais como uma reserva de mão-de-obra, de bens de equipamentos e bens de capitais.

A esse fator "interno" do COMECON, existem os fatores internos dos próprios

países em questão: um crescimento nulo da taxa do Produto Nacional Bruto e um progressivo aumento da inflação.

— Causas da estagnação da taxa de crescimento econômico: a redução do volume de investimentos, em função do encarecimento das importações de matérias primas e de bens de equipamentos; a necessidade de não comprimir mais ainda o volume do consumo popular, o que, em se considerando a inflação, provocou a redução dos recursos orçamentários para tais investimentos.

— Causa do aumento dos preços: a alta considerável dos preços de importação, sobretudo do petróleo e de algumas matérias primas; alta dos preços de bens de equipamento e dos bens de consumo importados; e crise agrícola, causando a escassez dos alimentos.

A questão do endividamento externo

Dentro desse quadro, o déficit crescente da balança comercial foi coberto essencialmente por um aumento agudo dos créditos cedidos pelos bancos privados ocidentais. "O conjunto da dívida líquida dos países do Leste e da URSS junto aos países imperialistas atingiu, 60 bilhões de dólares", segundo a Comissão Econômica para a Europa, da ONU ("Le Monde", abril/80).

Para sanar essa dívida, a burocracia procura atualmente empréstimos elevados junto aos bancos ocidentais, sobretudo pensando no reembolso de parte da dívida que venceu em 1980. Só a Polônia terá que "achar" 4 bilhões de dólares para resolver sua crise econômica e... social.

"Déficit da Balança Comercial". em milhões de US\$ (*)

Países	1972	1977	1978
Polônia	316	2,9 bi	2 bi
Hungria	66	638	1,16 bi
Tchecoslováquia	122	700	

(média de 1977/78)

"População Ativa na Ind" (em %)

Países	1960	1977
Romênia	20	31
Yugoslávia	23	34
Bulgária	25	38
URSS	29	46
Tchecoslováquia	46	49
RDA	48	51
Hungria	35	58
Polônia	20	35

"Dívida Externa Líquida/1979 (em bilhões de US\$) (*)

Países	Dívida Total	Div. aos Bancos
Polônia	20,7	14,7
Yugoslávia	15	—
URSS	14,9	1,2
RDA	9,9	6,6
Hungria	7,0	6,7
Romênia	7,0	4,1
Bulgária	3,3	2,7
Tchecoslováquia	3,0	2,0

Exportar cada vez mais

A deterioração dos termos de troca tem sua base sobretudo na alta dos preços do petróleo, e secundariamente, outras matérias-primas importadas. Manifesta-se então tanto no seio do COMECON, quanto no comércio Leste-Oeste. Na prática, isto significa que, para os países do Leste comprarem uma mesma quantidade de petróleo (e outras matérias primas) vindas da URSS, devem exportar uma quantidade cada vez maior de bens industriais.

De uma maneira geral, os preços dos produtos importados, tanto dos países capitalistas, quanto da URSS, no período de 1972-77, aumentaram de mais de 100%.

Apesar dos preços do petróleo exportado por Moscou a esses países ser menor do que os preços do mercado mundial, a partir de 1975, houve uma média anual de aumento de 20% (tanto do petróleo quanto do gás natural). Mas em contrapartida, no caso da Polônia, a sua exportação de carvão para a URSS, sofreu um pequeno aumento anual de 4%!

(*) Fontes: Revista da "Documentation Française, junho/1979

Basta de governo Giscard!", foi a palavra de ordem mais ouvida nesses últimos meses, expressa pela maioria dos dirigentes pertencentes aos grandes partidos políticos e sindicatos operários. E parece que esse apelo veio convergir com os anseios populares, pois através das urnas, a maioria da população - mais de 70% deu seu "não" ao reacionário Giscard. Além disso, uma boa parte desses votos, colocam o social democrata Mitterrand (26,13%), como sério candidato à chefia do Estado.

Esses resultados preliminares demonstram duas verdades. A primeira, que as camadas mais exploradas já estão fartas da política de Giscard, onde a tônica é o aumento assustador do desemprego, da inflação e os constantes ataques às liberdades democráticas. Isto porque, é bom lembrar, a esquerda e uma pequena parte dos votos gaulistas, são garantidos sobretudo nas regiões de forte industrialização. A segunda e a mais importante constatação, é que verificando-se a vitória do social-democrata no 2º turno, estará aberto um novo período na história francesa: o fim de mais de vinte anos de sucessivos governos de direita. E mais, a possibilidade de, a partir de 10 de maio, a França contar com um "governo socialista". A última vez que isso ocorreu foi em 1936, quando da vitória da Frente Popular - governo com-

Eleições na França

A esquerda pode ganhar

Somando um total de 47,21, a Esquerda ultrapassou a primeira barreira. Dia 10 de maio poderá consagrar um "governo socialista" na França, que já viveu as barricadas e a greve geral de maio de 68.

Por Wagner Cardoso

posto de socialistas, comunistas e... burgueses, que só durou três anos.

Busca da fidelidade ideológica

Mas para que isso ocorra, muita água deve rolar. A começar pela união entre o PC e o PS, rompida em 1977. Principalmente porque a recente campanha sectária de Marchais, além de dar a menor votação que o PC francês obteve, criou um espírito "anti-PS" arraigado em seus velhos militantes. Além disso, será necessária a unidade de ação das duas maiores centrais sindicais, a CGT e a CFDT, no próximo 1º de maio; e para concluir-se então numa proposta e candidatura comum de governo da esquerda, baseado num "programa de ruptura com o capitalismo", segundo declarações do próprio secretário-geral do PS.

Neste contexto, as próximas duas semanas, que antecedem o

2º turno, serão palco de ferrenha luta à cata da "fidelidade ideológica", de classe, dos eleitores.

À direita, Giscard com seus 28,61%, tentará obter a totalidade dos 17,58% votos dados à Chirac. Visto a intensa campanha do candidato gaulista durante a primeira fase, a barganha vai ser dura. Não é de todo impossível que uma parte mínima dos votos do prefeito de Paris, vão para o PS, já que meses antes houvera um "namoro" entre esses partidos. Mitterrand chegou mesmo a "desejar um governo o mais amplo possível, contra a política de austeridade de Giscard-Barre". E além do mais, o RPR (Agrupamento pela República) de Chirac está profundamente interessado em recuperar a sua velha imagem histórica. Isto significa que ele não poderá em momento algum "capitular" face à Giscard. Mas, cremos que no final da batalha o que vai contar mesmo é o voto da "França profunda" — o que há de mais conservador —, "voto

anti-coletivismo", voto de direita enfim.

Os votos verdes

À esquerda, as coisas não são muito diferentes. O PS apesar de obter a maior votação de sua história, deverá contar com todos os votos dados ao PC, ao mesmo tempo que aproveitará as duas semanas que lhe restam, para sensibilizar o eleitorado ecologista: Brice Lalonde, com seus 3,73%, será, sem dúvida o fiel da balança. A França corre assim um grande risco se os "votos verdes" não seguirem a mesma tendência dos anos anteriores, onde em sua grande maioria eles sempre foram para a esquerda.

Quanto aos outros candidatos de esquerda, todos já se declararam "pelo voto Mitterrand". Dentro desse grupo, que é composto pelo Movimento Radicais de Esquerda - grupúsculo burguês, pelo "socialismo autogestionário" do Partido Socialista Unificado, e pelo "Luta Operá-

ria" trotsquista, é de relevante importância mencionar os 2,38% recebidos por A. Laguiller do "L.O.", candidata de uma organização da extrema-esquerda francesa, que com seus quase 1 milhão de votos dá uma idéia da radicalização crescente do movimento popular e operário, nestes últimos anos.

Tudo isto dentro de um contexto onde a abstenção atingiu o recorde de 18% (em 1974 foi de 15%). Neste terreno, também estarão concentradas as atenções dos dois candidatos finalistas, pois quem conseguir mobilizar o máximo desses "céticos" à seu favor, seguramente será o próximo presidente da França.

Porcentagem de votos no 1º turno

Giscard	28,8%
Mitterrand (PS)	26,2%
Jacques Chirac (gaulista)	17,6%
Georges Marchais (PCF)	15,1%
Brice Lalonde (ecologista)	3,6%
Arlete Laguiller (trotskista)	2,4%
Michel Crepeau (radical de esquerda)	2,09%
Michel Debré (gaulista)	1,6%
Marie-France Garaud (gaulista)	1,16%
Huguette Bouchardeau (PSU)	1,01%



Mitterrand e Marchais rompendo a União da Esquerda

PC x PS e o Programa Comum

A trajetória do movimento operário francês sempre à mercê da política sectária e desmobilizadora dos Partidos Operários Burocratizados.

A greve geral e as barricadas de maio de 68 deixaram marcas profundas: apavorou tanto a burguesia quanto os partidos reformistas, com possível dinâmica de "transbordamento social".

Do lado da direita, acelerou-se a crise do velho regime bonapartista de De Gaulle: a burguesia pró-multinacionais iria substituir o enfermo "nacionalismo" gaulista. Do lado dos partidos operários reformistas, a ordem foi "não perder o controle da situação". Em junho de 1972, o PC e o PS assinaram o "Programa Comum", realizando com os radicais de esquerda (um pequeno grupo burguês) a "União da Esquerda".

A cada greve, a cada manifestação, o PC e o PS propunham

"esperar até as eleições presidenciais de 74", ou (depois da vitória de Giscard) até as legislativas de 78. A maioria de esquerda no Parlamento seria a panacéia para todos os males, levaria a um "governo dos comunistas, socialistas e radicais de esquerda". Pelos quatro cantos da França se ouvia: "União, Ação, Programa Comum"...

Mas com a recessão de 74/75, os patrões atacaram duro. Os "Planos Barre" do governo implementaram uma política de "austeridade" (arrocho). O desemprego, de 500 mil em 74, pas-

sou a dois milhões e meio em 1980 (são 25 milhões de trabalhadores na França). Aumentou o emprego de tempo parcial.

A reação dos trabalhadores e a divisão PC-PS

A população, apesar dos acenos do "Programa Comum", reagiu a estes ataques. Houve três grandes greves gerais: em 76, 77 e 79. Em 76, por outro lado, a esquerda foi majoritária nas eleições municipais. Mas o PS avançou muito mais que o PC. E este tomou a iniciativa da ruptura,

em 77, antes das legislativas de 78. Alegou a "direitização" do PS (real, mas nenhuma novidade). O PS, por outro lado, não fez nada para manter a unidade. A divisão se aprofundou, e atingiu as centrais sindicais. Em 1979, assistiu-se a um 1º de maio triste e desanimado: dividido. Quem ganhava eram Giscard e os patrões.

A corrente unitária: "união nas lutas"

Reagindo a esta política de divisão, surgiu em setores críticos do PC e do PS, e das centrais sin-

dicais, uma corrente unitária. Começou a impulsionar por toda a França "comitês unitários de base". Passando abaixo-assinados, a "União nas Lutas" já conseguiu 200 mil assinaturas. Estão no seu interior todas as tendências políticas, e independentes. Já forma um polo importante de aglutinação. Em 28 de março, em uma "Reunião Nacional dos Coletivos", definiu que nas eleições concludaria os partidos operários ao apoio ao candidato operário mais votado no 2º turno, e defenderia um governo do PC e do PS. Para que tudo isto seja possível: "uma ampla e unitária manifestação no 1º de Maio" (que fica entre os dois turnos) para "mobilizar os trabalhadores diante da intensa campanha sectária".



IRLANDA:

Greve de fome contra Tatcher

Quando fechávamos essa edição de EM TEMPO, a greve de fome do líder irlandês Bob Sands chegava a um ponto crítico, podendo morrer a qualquer hora. A sua morte acarretaria uma enorme explosão de revolta da população católica da Irlanda do Sul, marginalizada desde o século XVIII, quando o então nascente imperialismo britânico empreendeu uma política de colonização daquela região da Irlanda com protestantes fanáticos vindos da Escócia, que se apropriaram rapidamente das melhores terras e oportunidades econômicas, numa situação que dura até hoje.

Sands é um dos mais importantes líderes do IRA, e foi recentemente eleito para o parlamento em uma eleição complementar, apoiado por todo o movimento anti-imperialista irlandês, e bate-se atualmente pela volta ao reconhecimento do estatuto de presos políticos para os militantes do IRA, registrado desde 1974 pelo governo de ocupação britânico. Essa greve de fome ocorre num momento em que recrudescem os ataques do exército de ocupação e de seus aliados protestantes contra os católicos oprimidos do país, chegando até a recente tentativa de assassinato — com evidente cumplicidade governamental —, de Bernardette Devlin e de seu marido Michael McAister.

EUA:

Carvoeiros em greve

Os carvoeiros estão em ebulição em todo o mundo capitalista. Na Inglaterra e Gales, aparecem como a grande massa dos manifestantes contra a indústria nuclear, que pode lhes tirar os empregos, levando assim uma luta onde os seus interesses particulares mesclam-se com os interesses da população em geral, pouco interessada em usinas pouco seguras e em energia mais cara. E é justamente isso que provoca atualmente o auge do movimento reivindicatório dos mineiros americanos. A alta do preço do petróleo recolocou o carvão no seu lugar de combustível doméstico e industrial e levou os patrões a tentar utilizar-se de mão-de-obra barata não sindicalizada nas minas, ao mesmo tempo que, com esse recurso, e contando com a falta de combatividade das lideranças tradicionais da categoria, combatem as conquistas já alcançadas em termos de condições de trabalho e segurança.

Mas, apontando um importante desdobramento do movimento trabalhista americano atual, a base mineira rejeitou completamente os acordos realizados pela liderança mineira esse ano, através do direito de ratificação dos acordos, conseguido pela base mineira nos anos 60 e 70, após por em questão as uniões sindicais conciliadoras. Foi tão grande a rejeição (dois votos contra para cada a favor do contrato coletivo), que as direções não encontraram saída conciliatória, e começou uma greve que já dura um mês, de 160 mil mineiros.

Divergências no PT baiano

Prezado Editor:

Será realizado nos dias 25 e 26 do corrente mês o 3º Encontro Regional do Partido dos Trabalhadores na Bahia. Este encontro estava marcado anteriormente para os dias 28 e 29 do mês de março quando então foi adiado devido às fortes chuvas que caíram em todo o Estado e provocaram a interrupção de trechos de várias estradas estaduais.

Para participar deste encontro estão sendo esperados cerca de 100 a 200 delegados, segundo a Comissão Executiva Estadual do Partido, número bastante exagerado se considerarmos a experiência vivida no Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais quando compareceram apenas 7 trabalhadores rurais de toda a Bahia.

A pauta do Encontro está definida da seguinte forma: a) discussão sobre Constituinte, Política de Alianças, Eleições de 82; b) eleição e posse da Nova Comissão Estadual Provisória e da Comissão Executiva Estadual. Os critérios de participação de delegados, definidos pela atual Comissão Estadual são os seguintes: para cada 50 filiados no Município (ou Zonal, no caso de Salvador) deverá ser escolhido 1 delegado, acrescido de mais 1 delegado, representando a Comissão Provisória Municipal (ou Zonal), e demais 1 delegado para cada 20 pessoas presente na assembléia Municipal (ou Zonal). É exatamente em cima desses critérios e da forma como foram aprovados que ocorreram as maiores divergências.

Demonstrando o seu autoritarismo, a sua incapacidade de direção e sua falta de unidade ao nível político, ideológico, e da

prática, uma vez que é constituída por elementos oriundos de várias tendências políticas, uma das quais visa a hegemonia de sua posição pró-Partido Popular que não vingou antes de sua entrada no PT, a Comissão Provisória Estadual resolve impor anti-democraticamente os critérios sem passar por discussões nas bases. Além disso feriu o Estatuto do Partido ao não reconhecer a existência de núcleos. De acordo com os critérios definidos, escolhas de delegados em assembléias de núcleos não são aceitas. Os delegados devem ser escolhidos numa única assembléia municipal.

O clima chegou a um tal ponto que na reunião da Comissão Estadual para ratificar os critérios, houve votação por procuração e 2 operários abandonaram os debates insatisfeitos com o comportamento manobrista, aparelhista, conchavista e cupulista dos intelectuais. Na semana passada o Presidente Regional do Partido Wagner, que nunca se preocupou em viajar pelo interior para fazer ampliar o partido, vem a Feira de Santana pra ameaçar os militantes locais de exclusão do 3º Encontro simplesmente por que estes últimos obedecem aos princípios e ao Estatuto do Partido. E se sabe que o

presidente não contribuiu sequer para obter os miseross 300 filiados já conseguidos até a semana passada em toda a capital do Estado.

Feira de Santana assim como outras cidades cedem às pressões. Também pudera. Ninguém aguenta mais a permanência da atual Comissão Provisória que não fez nada até agora no sentido de fazer crescer o Partido na Bahia. As pessoas mais autênticas do PT sabem que a tarefa principal do Partido hoje é a sua legalização. Mas para os adeptos da "frente popular", hegemônica na direção do Partido, a questão hoje é definir se apoia a Constituinte, se faz alianças, etc... Parece que querem definir logo a sua permanência no PT caso consigam ver aprovadas suas bandeiras, aí sim se esforçariam para legalizar o PT, antes ou depois das próximas convenções.

A atual Comissão Estadual é tão incompetente que resolveu adiar o Encontro exatamente no dia 27, quando o mesmo estava marado para o dia seguinte, 28 de março. E até o dia 21 daquele mês não se sabia se o Encontro seria realizado em Feira de Santana ou em Salvador.

Feira de Santana, 18 de abril de 1981.
Jairo Cedraz de Oliveira

E AGORA NADA DE TRIQUES.



Protesto contra prisões arbitrárias

As comissões Distritais e Núcleos abaixo relacionados manifestam seu firme protesto contra as prisões arbitrárias de militantes do Partido dos Trabalhadores — PT, ocorridas em Pinheiros, Vila Madalena e Penha (Estado de São Paulo), no dia 4 de abril.

Vem também protestar contra todas as formas e pressão que tem sido exercidas sobre o Partido, quando seus militantes vêm a público expressar suas opiniões ou exercer seus direitos legais ao efetuarem a campanha de filiação.

Reafirmam que continuarão na luta pela liberdade de expressão dos trabalhadores em defesa de seus direitos e pela construção do PT:

Distrital Butantã — núcleos: Previdência, Rio Pequeno, IPT, Vila Sônia, Vila Dalva, FIAM, FMU, Letras/USP, Vila Indiana, Jaguaré e João XXIII.

Distrital Jardim Paulista — núcleos: Assistentes Sociais e Sociólogos, Economistas, Nicodemus e Comunicações.

Núcleo de Alto de Pinheiros

“Senhoras e senhores, amigos, caras, carinhas, amizades, todo mundo, queiram embarcar em nossa nave; novos ares, terras, mares; nos aguardem! Vamos viajar em mais uma ousadia.”



JÁ SAIU RÁDICE Nº 4 REVISTA DE PSICOANÁLISE

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Raul Pont (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Marisa Araujo, Flávio Andrade, F. Pereira, Sandra Starling, Luci Ayala, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Rôbinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte e Valmir Menezes.

Jornalista responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149

Arte: Sérgio Papi e Paulo Roberto Borges

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - R. Francisco Leitão, 57, Pinheiros, São Paulo, CEP 05414, fone: 852-8880

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo, 550; Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20; Rio de Janeiro - Caixa Postal 4680;

Impressão: Editora Joruês - R. Gastão da Cunha, 49, São Paulo, fone: 531-8900

O caso das mãos amarradas

Desde 1972 se arrastam as investigações para apuração da morte do sargento Manoel Raimundo Soares, ao que tudo indica — segundo o advogado Cláudio Antenor Shuch, — assassinado pelo exército. Novamente o caso está reaberto, entrando em cena também a morte do sargento Hugo Kretschner, um dos assassinos do sargento Soares. Como das vezes anterior as pressões sobre os advogados e também sobre o tenente reformado Mário Ranciaro — interessado em esclarecer o caso — aumentam brutalmente. Eis os fatos.

Por W. Félix

A busca da verdade



grave do coronel Átila Rohrsetzer que em outras épocas sempre esteve ligado à tortura de presos políticos.

Ainda que o inquérito que agora foi reaberto não revele o necessário para indiciar os criminosos, a verdade poderá ser alcançada.

Para isso, a localização de Maria Ângela Pantanelli e Egon Heitor Kretschner, respectivamente viúva e irmão do sargento do Exército, Hugo Kretschner, assassinado em 1971, é a maneira mais eficaz de provar a existência da vítima, já que os militares negam sua passagem pelas unidades nas quais teria servido, conforme as denúncias do tenente reformado da Aeronáutica, Mário Ranciaro, autor do pedido de reabertura do inquérito ainda em andamento.

Descrédito no inquérito

Com mais de 20 depoimentos prestados, o inquérito, presidido pelo delegado, Antônio Diniz de Oliveira, "não conseguiu confirmar as denúncias feitas por Ranciaro de que militares e civis são os responsáveis pela morte de Hugo Kretschner". A declaração é do promotor, Henrique Lair Ataídes, que acompanha o caso.

Entretanto, Mário Ranciaro espera que os depoentes confirmem ao delegado Diniz todas as declarações que assinaram, expressando conhecer o sargento assassinado. No entanto, o promotor Ataídes tem sérias dúvidas sobre a veracidade das declarações. "Ranciaro usou a técnica da meia verdade. Ele conversou com garçons, indagando se estes conheceram o sargento Hugo, nos bares que normalmente frequentava. Em caso positivo, Ranciaro montava uma história em cima".

Mais adiante, o promotor insiste: "a impressão que tenho é que as provas foram forçadas, houve manipulação". Depois de prestar esta declaração, Henrique Lair Ataídes, promotor designado pelo Secretário de Segurança, coronel Leivas Job, se deu conta da repercussão que poderiam ter as suas palavras publicadas na imprensa. Ele ficou embaraçado e pediu:

"É melhor você não publicar, porque pode parecer que estou fazendo pré-julgamento. Qual o jornal que você trabalha? É muito conhecido?"

O descrédito no inquérito que acompanha não é surpresa, já que Ataídes deve ter sido bem orientado pelo Secretário de Segurança no sentido de dificultar ao máximo qualquer tentativa de provar o envolvimento, até mesmo de oficiais do Exército no crime de que foi vítima Hugo Kretschner. Dificilmente a julgar pela atitude do promotor, os coronéis Luiz Carlos Menna Barreto e Átila Rohrsetzer, bem como o delegado Pedro Seelig (todos envolvidos), sentarão no banco dos réus algum dia.

O inquérito ainda ouvirá mais uns "15 ou 20 depoimentos de oficiais, militares reformados, militares da aeronáutica, da brigada e ex-policiais civis", explica o delegado Diniz, enquanto isso, dezenas de jornalistas circulam, com grande ansiedade, nos municípios do interior, na tentativa de desvendar o paradeiro de Maria Ângela e Egon Kretschner ou buscar outra maneira de provar que Hugo Kretschner foi sargento do Exército.



A história

Após o golpe militar de 1964, o grau de politização de alguns militares, especialmente sargentos, levava o sargento Manuel Raimundo Soares à tentativa de resistência. Seu expurgo do Exército o tornou clandestino até ser preso no dia 11 de março de 1966 pelo DOPS gaúcho. No final de junho, ele escreveu a última carta à sua mulher, Elizabeth Clallup Soares. Dois meses depois, dia 25 de agosto Raimundo Soares apareceu morto.

A notícia do crime ocupou as primeiras páginas dos jornais, mas as autoridades responsáveis pelas investigações se mantinham em silêncio. A Assembléia Legislativa instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito que chegou a levantar nomes de pessoas envolvidas.

Morte por afogamento

Nas petições onde fez as denúncias, o advogado Cláudio Antenor Shuch, constituído pela viúva de Raimundo Soares, relata como foi morto o sargento cassado. "No dia 13 de agosto, à noite, o preso Manuel Raimundo Soares, foi agarrado nas escadarias do DOPS e colocado num jipão do Exército, pelos seguintes militares. Sargento Milton Ferrareze e seus colegas, sargentos Hugo Kretschner, Nilo Vaz de Oliveira, Ênio Cardoso da Silva, Theobaldo Eugênio Berhens, Itamar de Mattos Bones, Eloir Behs, Volney da Cunha, mais os tenentes R. 2 Luiz Otávio Lopes Cabral e Rui Alberto Duarte, pelo capitão R. 1 Darci Paiva Bueno e outros, sob as ordens do então tenente-coronel, Luiz Carlos Menna Barreto e pelo major Átila Rohrsetzer".

O advogado Shuch prossegue a sua narrativa, dizendo que "o jipão pilotado pelo sargento Ferrareze estacionou no rio Jacuí, local onde a vítima foi barbaramente trucidada, vindo a morrer em decorrência de afogamento". Mas apesar de todas as evidências, em 75, o processo sobre este crime foi concluído com a decisão de impronunciar todos os acusados por falta de provas.

Acidente simulado

Após a descoberta do corpo, foi feita a autópsia que constatou que Raimundo Soares foi morto dia 13 de agosto, tendo o cadáver aparecido somente dia 25. A perícia apurou a morte: afogamento.

Se os responsáveis pelo assassinato de Raimundo Soares ainda continuam impunes, o mesmo acontece com os matadores do sargento do Exército, Hugo Kretschner. Mais uma vez, o tenente reformado da Aeronáutica, Mário Ranciaro, é um dos denunciados. Ele recorda que ouviu de seu amigo, Hugo Kretschner, a confissão sobre a sua participação no crime de Manuel Raimundo Soares. Ranciaro reconstituiu os fatos com detalhes surpreendentes:

— O sargento Hugo era um boêmio. E no dia 12 de junho em plena boate Mônica, no bairro Cristal, arrependido de sua participação no crime, teria desabafado para as mulheres da casa e demais frequentadores, apontando seus colegas de farda, presentes também, como responsáveis.

Esbofetado e baleado, Kretschner saiu da boate quase morto, recebendo o tiro fatal desferido pelo tenente R. 2 Luiz Otávio Lopes Cabral. "O cabo Bruno Hackmann — continua Ranciaro — motorista da viatura, que conduziu o sargento da boate ao centro da cidade simulou um acidente de trânsito, na avenida Borges de Medeiros, com o camburão do Exército, que demoliu a guarita que existia no local. Os participantes do crime não deixaram a polícia civil levar o corpo de Hugo para o Instituto Médico Legal e o tenente Lopes Cabral impedia também que a polícia civil fizesse o levantamento topográfico sobre o acidente simulado.

Em suas denúncias, Ranciaro esclarece que posteriormente o corpo de Hugo Kretschner "foi removido para o quilômetro zero nas proximidades da ponte do rio Jacuí, sendo jogado num banhado, ao lado de uns painéis, da firma de propaganda, Hélio Lux, quase defronte da estação da rádio Gaúcha".

Em agosto de 1974, um esqueleto humano é encontrado no mesmo local onde foi jogado o cadáver do sargento e identificado como sendo os restos mortais de Kretschner. A Polícia Rodoviária Federal, em ofício nº 1.440, precisa que comunicou o fato ao Departamento de Polícia Metropolitana. Na época, a imprensa nada divulgou sobre a morte de Hugo Kretschner e ninguém sabe responder por que o corpo do sargento não havia sido localizado anteriormente.

Foram dois assassinatos. O primeiro do ex-sargento Manuel Raimundo Soares, cujo corpo apareceu boiando com as mãos amarradas às costas nas águas do rio Jacuí, em 1966. O crime ficou conhecido como "Caso das Mãos Amarradas". O segundo a morrer foi o sargento do Exército, Hugo Kretschner, um dos assassinos de Raimundo Soares.

Os criminosos de um crime têm envolvimento no outro, mas nunca chegaram à condenação, pelo contrário. Inquiridos a depor na CPI, sempre negaram qualquer participação. E até processaram o advogado Cláudio Antenor Shuch e o tenente reformado da Aeronáutica, Mário Ranciaro, que depois foram absolvidos no Inquérito Policial Militar.

Apesar de muitas pessoas saberem um pouco destes dois casos, existem pontos que até agora não foram esclarecidos. E desta falta de claridade aos acontecimentos se vale a polícia para apagar as provas que colocariam na cadeia militares, secretários de segurança, civis, num total que bem poderia andar por perto de 200.

Telefonemas anônimos

Interessado também na punição dos culpados, Mário Ranciaro, já foi taxado de louco. No entanto, ele se diz "um investigador e pesquisador que deseja ver a verdade colocada em seu justo lugar", além da amizade que diz ter tido pelo sargento Hugo Kretschner. Mesmo assim, na hora dos depoimentos as "suas testemunhas" se intimidam perante o delegado que conduz as investigações, temendo ameaças mais tarde.

As ameaças que atualmente são feitas rigem-se aos advogados que trabalham a a viúva de Manuel Raimundo Soares. São telefonemas anônimos, aconselhando-os a abandonarem os trabalhos. Por certo, atrás da linha não faltará a voz